



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2024

ATA NÚMERO ONZE/DOIS MIL E VINTE E QUATRO

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DUARTE DA MATA**
- 6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 13 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE**
- 14 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 15 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 16 - PROPOSTA Nº. 51/24 - DGO - AFIXAÇÃO DE MENSAGENS DE PROPAGANDA
POLÍTICA E ELEITORAL NO CONCELHO DE OEIRAS**
- 17 - PROPOSTA Nº. 128/24 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO
PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À “REMODELAÇÃO DAS REDES DE
ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS, NO CONCELHO DA AMADORA” - ANOS 2024 A
2027 - PD Nº. 17-SIMAS/2024**
- 18 - PROPOSTA Nº. 295/24 - UPAG - MERCADITO SOLIDÁRIO BY HELPFULL - ISENÇÃO**

DE TAXAS

- 19 - PROPOSTA Nº. 299/24 - GMA - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024, DA TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.**
- 20 - PROPOSTA Nº. 248/24 - DACTPH - PROJETO DE REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS NA ÁREA DA CULTURA - CONSULTA PÚBLICA**
- 21 - PROPOSTA Nº. 252/24 - GCAJ - RECURSO HIERÁRQUICO DA SANÇÃO DISCIPLINAR APLICADA NO PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 5/2021, ATRAVÉS DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SIMAS ADOTADA EM REUNIÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022**
- 22 - PROPOSTA Nº. 253/24 - DPU - ALTERAÇÃO OFICIOSA DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 3/1993 PARA ACOLHIMENTO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL "QUINTA DAS ACÁCIAS", EM CARNAXIDE**
- 23 - PROPOSTA Nº. 254/24 - GCAJ - AQUISIÇÃO DO PRÉDIO RÚSTICO COM A ÁREA TOTAL DE 13.740 M2, SITO NA AVENIDA TOMÁS RIBEIRO E ESTRADA DO DESVIO, EM CARNAXIDE**
- 24 - PROPOSTA Nº. 255/24 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAÇO DE ARCOS PARA A REALIZAÇÃO DA GALA DO X ENCONTRO DE COROS**
- 25 - PROPOSTA Nº. 256/24 - GCAJ - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA 2024 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS SOB GESTÃO DA OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.**
- 26 - PROPOSTA Nº. 257/24 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIAR A REALIZAÇÃO DE ACAMPAMENTO EM KANDERSTEG - SUÍÇA PARA COMEMORAÇÃO DO 50º. ANIVERSÁRIO DO AGRUPAMENTO 626 DE LINDA-**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

A-VELHA

- 27 - PROPOSTA Nº. 258/24 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDESAS, CENTRO SAGRADA FAMÍLIA DESTINADO A SUPORTAR AS DESPESAS DO PROJETO SALA ABERTA - GRUPOS APRENDER, BRINCAR, CRESCER - ANO LETIVO 2023/2024**
- 28 - PROPOSTA Nº. 259/24 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIAR A REALIZAÇÃO DE ACAMPAMENTO, EM GRIÉBAL ESPANHA PARA A COMEMORAÇÃO DO 50º. ANIVERSÁRIO DO AGRUPAMENTO 45 DE CAXIAS**
- 29 - PROPOSTA Nº. 260/24 - DCA - PROGRAMAÇÃO REGULAR DE DANÇA ABRIL E MAIO 2024 - FIXAÇÃO DE PREÇO DE BILHETES**
- 30 - PROPOSTA Nº. 261/24 - DRU - Pº. 04/DRU/2021 - HABITAÇÃO JOVEM - ATLÉTICO CLUBE DE PORTO SALVO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA EMPREITADA POR 61 DIAS - RATIFICAÇÃO DO ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**
- 31 - PROPOSTA Nº. 262/24 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO, SITO NA RUA DR. OLIVEIRA MARTINS, Nº. 32, PISO 4º. B, NO BAIRRO MOINHO DAS ROLAS**
- 32 - PROPOSTA Nº. 263/24 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO DE OLIVEIRA, Nº. 5, R/C B, NO BAIRRO ALTO DOS BARRONHOS**
- 33 - PROPOSTA Nº. 264/24 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DA LIBERDADE, Nº. 18, 3º. DTº., NO BAIRRO ENCOSTA DA PORTELA**
- 34 - PROPOSTA Nº. 265/24 - DGSH - TRANSFERÊNCIA PARA O FOGO SITO NA RUA DR. VÍTOR SÁ MACHADO, Nº. 12, 1º. ESQº., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS**
- 35 - PROPOSTA Nº. 266/24 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, Nº. 2, CV DTA., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS**

- 36 - PROPOSTA Nº. 267/24 - UDPH - RECONHECIMENTO DE ESTABELECIMENTO DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL LOCAL DA LIVRARIA E PAPELARIA ESPAÇO, LOCALIZADA EM ALGÉS**
- 37 - PROPOSTA Nº. 268/24 - DE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAÇO DE ARCOS PARA VIAGENS A REALIZAR À ISLÂNDIA E À ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DO MARQUÊS PARA VIAGEM A LONDRES**
- 38 - PROPOSTA Nº. 269/24 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO ABRIGO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O “CLUSTER” DAS INDÚSTRIAS DA AERONÁUTICA, DO ESPAÇO E DA DEFESA - AED DAYS 2024**
- 39 - PROPOSTA Nº. 270/24 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DO CATÁLOGO DE JOÃO ABEL MANTA LIVRE**
- 40 - PROPOSTA N. 271/24 - UPAG - PROCEDIMENTO CONCURSAL Nº. 575/2023 PARA ATRIBUIÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DE DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO NAS PRAIAS DA TORRE, DE SANTO AMARO (JUNTO À RIBEIRA DA LAJE) E DE SANTO AMARO (TÚNEL DO MEIO), NA FREGUESIA DE OEIRAS**
- 41 - PROPOSTA Nº. 272/24 - DDPE - CRIAÇÃO DO PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA OS MELHORES ALUNOS FINALISTAS DO ENSINO SECUNDÁRIO**
- 42 - PROPOSTA Nº. 273/24 - UDPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO “A CLANDESTINA” - PRODUÇÃO DOCUMENTÁRIO FILMADO “AQUELES QUE FICARAM (EM TODA A PARTE TODO O MUNDO TEM)”**
- 43 - PROPOSTA Nº. 274/24 - UDPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO À 3ª. EDIÇÃO DA PEREGRINAÇÃO DO CÍRIO DE OEIRAS AO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA ATALAIA**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 44 - PROPOSTA Nº. 275/24 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADES PARCEIRAS**
- 45 - PROPOSTA Nº. 276/24 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES, PARA CONTINUIDADE DO PROJETO BAIRRO FELIZ 2024**
- 46 - PROPOSTA Nº. 277/24 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ALZHEIMER PORTUGAL- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMILIARES E AMIGOS DE DOENTES DE ALZHEIMER PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO GABINETE CUIDAR MELHOR DE OEIRAS, NO ANO DE 2024**
- 47 - PROPOSTA Nº. 278/24 - UGPS - REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**
- 48 - PROPOSTA Nº. 279/24 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 9ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 49 - PROPOSTA Nº. 280/24 - UBEAFS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO INSTITUTO ZOÓFILO QUINTA CARBONE - ASSOCIAÇÃO PARA O ANO DE 2024**
- 50 - PROPOSTA Nº. 281/24 - DPCHM - Pº. Nº. 41DCH2023 - “NPH/12 - PROGRAMA HABITACIONAL DA TERRA DO MOINHO - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE 17 FOGOS, EM PORTO SALVO - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO**
- 51 - PROPOSTA Nº. 282/24 - DCH - Pº. Nº. 04/DCH/2024 “CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DA QUINTA DAS ACÁCIAS, 42 FOGOS, CARNAXIDE (NPH/03)” - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA**
- 52 - PROPOSTA Nº. 283/24 - DP - CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO DA FRAÇÃO**

AUTÓNOMA "A", DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA VARELA SILVA, Nº. 32, EM BARCARENA, PARA FUNCIONAMENTO DE MERCEARIA SOLIDÁRIA

53 - PROPOSTA Nº. 284/24 - DP - CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO DO IMÓVEL SITO NA RUA DAS TURQUESAS, Nº. 27, À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PEDREIRA ITALIANA

54 - PROPOSTA Nº. 285/24 - DP - ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DO "BAIRRO DOS POBRES", FEITA PELA IGREJA DE PAÇO DE ARCOS

55 - PROPOSTA Nº. 286/24 - DP - ATRIBUIÇÃO DE UMA LICENÇA DE USO PRIVATIVO - CASA DE VINHAIS, SITA NO JARDIM ALMIRANTE GAGO COUTINHO, EM OEIRAS

56 - PROPOSTA Nº. 287/24 - GATPI - COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA - PROLONGAMENTO DA DESLOCAÇÃO DA TÉCNICA SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO GABINETE DE APOIO SOCIAL NA ILHA DA BRAVA

57 - PROPOSTA Nº. 288/24 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO MINICOR - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA APOIO AO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO CARDÍACA PEDIÁTRICA

58 - PROPOSTA Nº. 289/24 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À CRESCENDO NAS ARTES ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARA REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO CULTURAL ENTRE O CORO VOZES CRESCENDO E O CORO EN'CANTO DE GUIMARÃES

59 - PROPOSTA Nº. 290/24 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ACADEMIA DE MÚSICA FLOR DA MURTA PARA REALIZAÇÃO DO VII FIFO - FESTIVAL INTERNACIONAL DE PIANO DE OEIRAS 2024

60 - PROPOSTA Nº. 291/24 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº.



**Câmara Municipal
de Oeiras**

22/1988, SOLICITADA POR “SYNTHESIS GALAXY, S.A.”

- 61 - PROPOSTA Nº. 293/24 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE GESTÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE (UGPS)**
- 62 - PROPOSTA Nº. 294/24 - DCS - DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - CELEBRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE INSERÇÃO DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - 8º. ADITAMENTO À PD Nº. 299/2023, DE 5 DE ABRIL**
- 63 - PROPOSTA Nº. 296/24 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS - APROVAÇÃO DA REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS Nº. 20**
- 64 - PROPOSTA Nº. 297/24 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS - APROVAÇÃO DA 2ª. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE REEMBOLSO DO ADIANTAMENTO APROVADO PELA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 1013/2022**
- 65 - PROPOSTA Nº. 298/24 - GMA - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024 DA TAGUSPARK - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.**
- 66 - PROPOSTA Nº. 250/24 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 13/2023**
- 67 - PROPOSTA Nº. 251/24 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 23/2023**
- 68 - PROPOSTA Nº. 292/24 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 27/2023**
- 69 - DECLARAÇÕES DE VOTO**
- 70 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2024 -----

----- ATA NÚMERO ONZE/DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Arquiteto Duarte D'Araújo Jorge Cardoso da Mata e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

----- Faltou o Senhor Doutor Armando Agria Cardoso Soares, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata. -----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número sete, de dois mil e vinte e quatro, de seis de março, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte. -----

-----Não participaram na votação o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador Duarte da Mata, por não terem estado presentes na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. - -----

-----E ata número oito, de dois mil e vinte e quatro, de treze de março, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte.-----

-----Não participou na votação o Senhor Vereador Duarte da Mata por não ter estado presente na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de vinte e cinco de março de dois mil e vinte e quatro a trinta e um de março de dois mil e vinte e quatro, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e quatro, constatando-se um saldo orçamental positivo de vinte e um milhões seiscentos e vinte mil oitocentos e setenta e três euros.-----

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número cento e cinquenta e sete, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Saudação - “Dia Nacional e Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial”, apresentado pelo Grupo Político Municipal do EO e subscrito pela Assembleia Municipal, na



Câmara Municipal
de Oeiras

qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, prestar a sua homenagem e aprovar um voto de saudação ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, bem como publicar este voto no sítio da Assembleia Municipal e em pelo menos um jornal de dimensão nacional.-----

----- Número cento e cinquenta e oito, remetendo cópia da deliberação sobre Proposta de Recomendação relativa a identificações/georreferenciações de parcelas ou prédios/desafetações de parcelas do domínio público ou de outro tipo de parcelas, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PS, a qual foi rejeitado, por maioria, com catorze votos contra, sendo dez do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com treze votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com nove abstenções, sendo seis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, uma do Partido Iniciativa Liberal, uma do Partido Chega e uma do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias. -----

----- Número cento e cinquenta e nove, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número cento e trinta e oito, de dois mil e vinte e quatro - GAF - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - Auto de transferência

número trezentos e nove, de dois mil e vinte e um - Renovação número cento e quarenta e sete, de dois mil e vinte e dois - Transferência inter-rubricas - Retificação da PD número mil cento e quarenta e quatro, de dois mil e vinte e três, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a retificação da proposta de deliberação número mil cento e quarenta e quatro, de dois mil e vinte e três e a alteração inter-rubricas de modo a incidir, conforme solicitado pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, no Auto de Transferência número trezentos e noventa, de dois mil e vinte e um e sua renovação número cento e quarenta e sete, de dois mil e vinte e dois, celebrado entre o Município de Oeiras e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, aplicável desde um de janeiro de dois mil e vinte e quatro, até ao termo do contrato em dois mil e vinte e cinco: -----

-----Ano - Auto de Transferência Despesa corrente - Auto de Transferência Despesa Capital - Total: -----

----- - Dois mil e vinte e quatro - trezentos e oitenta e oito mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos - cento e vinte mil euros - quinhentos e oito mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos;-----

----- - Dois mil e vinte e cinco - trezentos e oitenta e oito mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos - cento e vinte mil euros - quinhentos e oito mil novecentos e sessenta



Câmara Municipal
de Oeiras

euros e cinquenta e um cêntimos.-----
----- Número cento e sessenta, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número cento e cinquenta e oito, de dois mil e vinte e quatro - UPAG - Atribuição do direito de ocupação das lojas cinco e seis, no Mercado de Paço de Arcos - Pudim Rei, Limitada, na qual deliberou, por maioria, com trinta votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos contra, sendo um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Chega, e com três abstenções do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, autorizar a isenção de pagamento da base de licitação (na quantia de três mil setecentos e sessenta e dois euros), tendo em conta o valor do investimento a realizar nas lojas a atribuir e considerando que as obras ficarão integradas no imóvel.-----

----- Número cento e sessenta e um, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número cento e sessenta e um, de dois mil e vinte e quatro - DCS - Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância - quarto trimestre de dois mil e vinte e três, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e dois votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas,

um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar o seguinte: -----

-----Solicitar à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, que procedam à reposição dos montantes abaixo indicados uma vez que a comparticipação financeira atribuída no quarto trimestre de dois mil e vinte e três, foi superior ao montante por elas suportado: -----

-----Juntas das Uniões de Freguesia e Freguesias - valor: -----

-----União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - seis mil cento e cinquenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos;-----

-----União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - sete mil quinhentos e nove euros e quarenta e um cêntimos;-----

-----União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias setecentos e sete euros e dezoito cêntimos;-----

-----Junta de Freguesia de Porto Salvo - mil quinhentos e trinta e seis euros e um cêntimo.

-----Total - quinze mil novecentos e seis euros e oitenta e sete cêntimos. -----

-----Número cento e sessenta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número cento e setenta e nove, de dois mil e vinte e quatro - DP - Desafetação do domínio público para integração no domínio privado de uma parcela de terreno sita na Rua da Quinta da Moura, Quinta da Moura, Barcarena, na qual e deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras,



Câmara Municipal
de Oeiras

Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com quatro abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Chega, aprovar a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de onze vírgula vinte metros quadrados, para sua integração no domínio privado municipal, a qual confronta a norte com lote vinte e sete, a sul com lote vinte e cinco, a nascente com domínio público e a poente com lote vinte e seis, do Alvará de Loteamento número um, de noventa, na Rua Quinta da Moura, na Quinta da Moura. -----

----- Número cento e sessenta e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número cento e noventa e seis, de dois mil e vinte e quatro - DHM - Aquisição pública de habitações ao abrigo do aviso número zero um/Co dois-i zero um/dois mil e vinte e um, investimento re-c zero dois-i zero um, programa de apoio ao acesso à habitação, componente zero dois - Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência - Adjudicação à empresa “Criterion, Portugal, Unipessoal, Limitada”, na qual deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com três votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, aprovar a admissão de candidatura e adjudicação da aquisição de noventa habitações, pelo preço por metro quadrado, no valor de três mil oitocentos e setenta euros, o que perfaz o montante total de vinte e seis milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e quarenta euros, ao concorrente “Criterion Portugal, Unipessoal, Limitada”.-----

----- A minuta de contrato-promessa de compra e venda. -----

-----Número cento e sessenta e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número cento e noventa e oito, de dois mil e vinte e quatro - DHM - Aquisição pública de habitações ao abrigo do aviso número zero um/Co dois-i xero um/dois mil e vinte e um, investimento re-c zero dois-i zero um, programa de apoio ao acesso à habitação, componente zero dois - Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência - Adjudicação à empresa “Glorioso e Radiante, Unipessoal, Limitada”, na qual deliberou, por maioria, com trinta votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, aprovar a admissão de candidatura e adjudicação da aquisição de cento e vinte habitações, pelo preço por metro quadrado, no valor de três mil e oitocentos euros, o que perfaz o montante total de quarenta e três milhões oitocentos e sessenta e três mil e quatrocentos euros, ao concorrente “Glorioso e Radiante, Unipessoal, Limitada”.-----

-----A minuta de contrato-promessa de compra e venda. -----

5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DUARTE DA MATA: -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** prestou à Câmara as seguintes informações: --

-----“Venho questionar o Executivo sobre a proposta do Grupo Político Evoluir Oeiras para a constituição do Município como Comunidade de Energia Renovável em outubro de dois mil e vinte e dois, ao abrigo do Decreto-Lei quinze/dois mil e vinte e dois, em que foi também aprovado um grupo de trabalho para analisar as infraestruturas e os sistemas onde podiam ser instalados os sistemas fotovoltaicos.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Na altura, o Senhor Presidente terá dito que aprovamos porque a Câmara já está a fazer, gostava de perceber em que estado é que está essa situação.-----

----- Como se sabe a Câmara pode constituir-se como comunidade de energia, pode constituir-se como núcleo de energia renovável, utilizando apenas as suas instalações, pode fazer isso de uma forma bastante generalizada. -----

----- Hoje tem também acesso ao mercado para fazer financiamento, caso não queira financiar-se diretamente sobre essa matéria, gostaríamos de perceber como é que esta proposta que já estava a ser feita, está a ser executada.-----

----- Depois, tenho aqui uma outra situação que surgiu ontem num artigo do Jornal Público e que vem a propósito de duas Freguesias de Lisboa que ficaram muito descontentes com a situação do canal do LIOS, de ligação de Alcântara a Carnaxide, é dito que terá havido um retrocesso na solução original do metro de superfície para uma solução que, no artigo, é dito que seria uma solução preferida pela Câmara de Oeiras.-----

----- O artigo diz que a Câmara também não respondeu às questões que lhe foram colocadas em tempo útil, vinha colocar essa questão aqui, no sentido de perceber como é que áreas tão densas como Miraflores, Linda-a-Velha ou Carnaxide não são servidas pelo metro de superfície, porque as alternativas a isso, do ponto de vista técnico, são ,à partida, bastante frágeis.

----- Mais percebo que o topo da Freguesia da Ajuda ou de Belém possam ser servidas por esse meio de transporte, mas em canal próprio com capacidade de escoamento, áreas tão densas como Carnaxide, Linda-a-Velha, Miraflores tenho muita dificuldade em perceber isso e os impactos vão ser certamente grandes.-----

----- Também queria perguntar sobre as conclusões de uma visita que houve à praia da Cruz Quebrada, a Senhora Vereadora Carla Castelo tinha-se disponibilizado para acompanhar essa visita, isso tinha a ver com a situação do amianto nas praias, essa visita já terá acontecido e nós gostávamos de perceber o que é que resulta dessa visita, dos resultados de amostras que

tenham encontrado na zona do areal e como é que essa situação está a ser acompanhada. -----

-----Tivemos também indicação, através de fotografias, de que há esgotos a céu aberto na Ribeira da Laje frequentes a saírem das canalizações e temos fotos disso, julgo que essa situação pelo que percebemos também já foi reportada várias vezes, gostávamos de perceber se têm conhecimento dessa situação e o que é que está a ser feito para a resolver. -----

-----Temos também contactos dos munícipes da Rua do Casal do Lameiro e da Rua Projetada à Calçada dos Moinhos, em Queijas, que dizem que aguardam processo de legalização, que pagam IMI, a água e luz, que não conseguem que esta situação evolua, gostávamos de saber se este processo está em curso para podermos também dar uma informação. -----

-----Também deve ser do conhecimento de todos, que houve uma vaga de assaltos em Paço de Arcos bastante importante, num deles a Vereadora Carla Castelo estava muito próximo, antes e depois do sítio onde entrou, reparou na situação que aconteceu na joalharia, gostávamos de perceber um pouco o que é que esta situação significa, porque tem sido também noutros estabelecimentos e em casas simples, o que é que a Câmara pode fazer para minorar esta sensação de insegurança que se vive agora em Paço de Arcos. -----

-----Por fim, também recebemos informação de algo que esteja, supostamente a ser tratado em Tercena, numa avenida onde os carros atingem velocidades muito fortes, que é uma reta, isto na Avenida Infante Dom Henrique, em Tercena e parece que foi combinado já com as pessoas que têm feito alertas para essa situação, que iria haver uma intervenção, mas a única coisa que houve foi a colocação de um sinal de proibir a velocidade, mas aquilo precisa de medidas físicas, há vários tipos de medidas que podemos aplicar, mas algumas que são realmente muito simples e que o Município até tem aplicado aí e que temos visto, não são, se calhar, muito agradáveis para as molas dos carros, mas são paz para as colunas de peões, é uma situação que podia ser resolvida.”-----

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “No dia oito de março iniciámos a Campanha Mulheres que Fazem a Diferença, esta campanha pretendeu dar visibilidade a várias mulheres que fazem a diferença no Concelho de Oeiras e que tantas vezes são desconhecidas.-----

----- Foi uma campanha feita em coordenação com os Presidentes de Junta e as Uniões de Freguesia do Concelho que indicaram mulheres nos seus territórios, que pela proximidade que têm, conhecem melhor o trabalho que é feito localmente.-----

----- Esta campanha prolongou-se um pouco mais, foram várias as mulheres que quisemos homenagear e terminará agora em abril.-----

----- A pedido da CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, fizemos com eles uma homenagem no passado dia vinte e um de março organizações não governamentais de mulheres, realizou-se no Templo da Poesia e contou com a presença, na altura, da Ministra Adjunta dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, do Senhor Presidente e da Vereadora Joana Baptista, que abriu esta homenagem que ali foi feita.-----

----- - Também estive em Bruxelas na Conferência para Autarcas Traduzir o Pacto Ecológico Europeu em Ações Locais, no âmbito da Presidência Belga da União Europeia onde foi reafirmado, e eu assinei pelo Município de Oeiras, o compromisso com o pacto ecológico europeu.-----

----- Este encontro reuniu quinhentas e cinquenta autarquias europeias e foi afirmada a importância das autarquias locais como atores privilegiados para pôr em prática o Pacto Ecológico Europeu.-----

----- Eu farei chegar ao Senhor Presidente o memorando sobre a participação do Município nesta conferência.-----

----- - Estive presente a convite do ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas no Seminário Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a Resposta Europeia,

participei na mesa-redonda sobre Território e Desafios Sustentáveis, acompanhada pelo eurodeputado Carlos Zorrinho, eurodeputado Carlos Coelho e Alfredo Sendim, da Herdade do Freixo. -----

-----Foi uma oportunidade para fazer uma reflexão sobre a agenda local, o papel da União Europeia no apoio aos governos locais e pude ainda apresentar todo o trabalho que o Município de Oeiras tem feito e os compromissos que temos estabelecido para alcançar as metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável.-----

-----Por último, dar nota de que faremos chegar a esta Câmara o ponto de situação relativamente às comunidades de energia renováveis, os Serviços estão a preparar essa informação e, portanto, assim que estiver pronta daremos então nota do ponto de situação.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR:-----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** prestou à Câmara as seguintes informações:

-----No dia quinze de março, visitei as novas instalações da Associação Médica de Gerontologia Social.-----

-----Trata-se de uma entidade que surgiu do sonho de servir a população idosa de Algés, nascendo, assim, um serviço de apoio domiciliário que tem as seguintes valências: cuidados de higiene pessoal, fornecimento e apoio nas refeições, tratamento de roupas, higiene habitacional, fazendo, igualmente, todo o tipo de tarefas como compras, pagamento de contas, etc. -----

-----De referir que neste novo espaço só irá funcionar a parte administrativa, possibilitando esta passagem, a realização de obras de ampliação das outras instalações permitindo, assim, o alargamento da resposta de quarenta e cinco para sessenta e cinco idosos.---

----- - No dia dezanove de março, estive numa reunião com a Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental e com a Associação Alzheimer Portugal para elaborarmos um procedimento local, mas que possa ser replicado a nível nacional, relacionado com a prevenção, atendimento e acompanhamento de pessoas com demência quando se dirigem aos cuidados de saúde primários



Câmara Municipal
de Oeiras

e hospitalares.-----

----- Nós recentemente tivemos uma situação bastante difícil no nosso Concelho, foi uma situação que deu o alerta. -----

----- O desaparecimento de pessoas nas urgências hospitalares é comum, acontece em vários hospitais, por isso, decidimos criar, não só um manual de procedimentos, como o fluxograma relativo a este tema, de como atuar e quais os agentes do território envolvidos.-----

----- - De vinte e um a vinte e quatro de março, estive em representação do Senhor Presidente nos Açores, na reunião da Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis, que decorreu em Ponta Delgada. -----

----- Nessa reunião, para além da apresentação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência de dois mil e vinte e três e aprovações de revisões orçamentais de dois mil e vinte e quatro, decorreu, igualmente, a apresentação do Atlas dos Municípios, não só dos membros da Rede, mas também dos Municípios observadores convidados. -----

----- Dizer que é muito importante este Atlas que está a ser desenvolvido pela Universidade de Coimbra, porque vai ser com base neste Atlas de Portugal que a nossa estratégia de saúde vai ser implementada e vai ser desenvolvida aqui em Oeiras.-----

----- - Dia vinte e cinco de março, tivemos mais uma vez o Sorteio do Turismo Sénior e sorteámos cinco destinos para duzentas e cinquenta vagas e mais cinquenta vagas para suplentes.

----- Tivemos a participação de oitocentos idosos, chovia e pensávamos que não vinham tantos idosos, mas incrivelmente as pessoas querem participar nos nossos passeios, querem viajar, querem conviver. -----

----- Conseguimos que oitocentos idosos participassem, tivemos a apresentação do Carlos Malato e a animação musical do cantor Clemente, uma pessoa muito querida, fez uma animação muito simpática e agradável aos nossos seniores. -----

----- - No dia vinte e sete de março, realizou-se a Gala do Desporto, é sempre com grande

gosto que vou a esta gala.-----

-----Este ano superou-se, foi uma gala extraordinária, foram distinguidos trezentos e nove atletas, vinte e cinco Clubes das Coletividades do Concelho.-----

-----Parabéns Senhor Vereador Pedro Patacho pelo nível espetacular da Gala. -----

----- - Hoje de manhã, inaugurou-se a Sede da Delegação de Oeiras da Liga Portuguesa Contra o Cancro num espaço cedido pelo Município, no Bairro Francisco Sá Carneiro e que vai potenciar a atuação já existente no território.-----

-----A Liga Portuguesa Contra o Cancro, como sabem, já está a desenvolver há uns anos a esta parte várias iniciativas, como seja o rastreio ao cancro da mama como está a acontecer agora junto ao Centro de Saúde de Paço de Arcos e outras atividades, mas pelo facto de estarem cá e termos uma delegação vamos poder ter outro tipo de atividades e dar outro tipo de apoio aos nossos munícipes, a nível de apoio social, medicamentos, próteses, deslocações, prevenção primária, no âmbito das práticas de vida saudável; medicinas alternativas, apoio psico-oncológico e jurídico, entre outras.-----

-----Senhor Vereador Nuno Neto muitos parabéns, as obras estavam muito bonitas, o espaço ficou muito agradável, obrigada pelo vosso empenho.”-----

8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO: -----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** iniciou o seu período de informações, dando conta do seguinte:-----

-----“No dia vinte e dois de março, fiz uma visita com o Senhor Presidente ao Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de Oeiras. -----

----- - Durante este dia, ainda estive presente no Dia do Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras, no Salão Paroquial de Nova Oeiras.-----

----- - No dia vinte e três de março, sábado de manhã, recebemos a visita de uma Delegação da Federação Portuguesa de Vela ao nosso Concelho, mais concretamente à Marina de



Câmara Municipal
de Oeiras

Oeiras, para verificar “in loco” aquilo que tem sido o trabalho na promoção da Vela que a Câmara Municipal e a Oeiras Viva, em parceria, têm feito e também para conhecer melhor a nossa Escola de Vela e discutirmos possibilidades de intensificação da cooperação com a Federação, no sentido de promovermos essa modalidade no nosso Concelho. -----

----- Atualmente temos cento e trinta praticantes na Escola de Vela da Oeiras Viva e desses cento e trinta aproximadamente três dezenas desenvolvem a sua prática federada no Clube Desportivo de Paço de Arcos, no âmbito da parceria entre esse clube desportivo e a Escola de Vela da Oeiras Viva.-----

----- Temos também um grupo de equipa de Vela na Escola Secundária Quinta do Marquês, que todas as semanas apoiamos para fazer a prática dessa modalidade na Oeiras Marina e temos, como todos sabemos, uma costa extraordinária de dez quilómetros com sítios excelentes para acesso ao plano de água onde vão faltando pontos de amarração e mais marinas, para além daquilo que é o nosso Porto de Recreio, em Oeiras, mas não por falta de vontade política ou por falta de projeto para que isso exista muitas vezes, por dificuldades inerentes ao desenvolvimento do próprio projeto e faço aqui uma referência ao Porto Cruz que é um projeto extraordinário e que previa uma requalificação integral da Praia da Cruz Quebrada, um belíssimo anfiteatro natural ao ar livre, uma excelente marina complementar àquilo que é a atividade da Marina de Oeiras e que seria um elemento catalisador do desenvolvimento de toda aquela baixa da Cruz Quebrada/Dafundo e, sem dúvida nenhuma, um elemento também catalisador da nossa linha de costa numa continuidade de atividades que se poderiam gerar, entre esse ponto e a Marina de Oeiras e envolvendo também uma redinamização do Porto de Recreio e da Praia Velha de Paço de Arcos. - -----

----- Foi uma visita com bastante sucesso, identificámos vários pontos em que vamos intensificar a nossa cooperação a partir daqui.-----

----- - No dia vinte e quatro, assisti ao quadragésimo primeiro Troféu CMO - Corrida das

Localidades, em Leião, mantemos a participação de oitocentos a novecentos atletas por prova que é uma coisa única na Área Metropolitana de Lisboa, julgo até que no País, também nos temos que orgulhar, é Oeiras a correr e a atividade física como parte da nossa cultura. -----

----- - No dia vinte sete, realizou-se a Gala do Desporto, dizer que sentimos um orgulho enorme, naquilo que é o tecido associativo do nosso Concelho e no trabalho que vêm fazendo ao longo do tempo. -----

-----Não é coisa pouca, mais de trezentos premiados e vinte e cinco clubes distinguidos entre os oitenta registados na base de dados da Divisão de Desporto e num contexto nacional em que sabemos que a dotação do Orçamento do Estado para o sistema desportivo, particularmente nos escalões de formação, que é sobretudo, aquilo que estamos a falar, é quase inexistente, a base do desporto em Portugal durante muitos anos nos escalões de formação assenta naquilo que é o esforço das famílias, de quem pode, dos clubes locais e em grande medida também nas autarquias locais e nós não temos olhado a meios para apoiar o tecido associativo desportivo do nosso Concelho, aliás, a dotação orçamental para apoio aos projetos desportivos dos clubes têm aumentado sucessivamente de ano para ano e temos que nos orgulhar com aquilo que é o resultado do trabalho das coletividades. -----

-----É um setor que já movimenta mais de sete milhões de euros do ponto de vista económico no nosso Concelho, dos quais no global o apoio do Município andarà perto dos dois milhões, vemos aquilo que é o esforço da comunidade. -----

-----Por outro lado, é um bom problema, porque a taxa de crescimento do número de praticantes nas mais de sessenta modalidades que essas oitenta coletividades oferecem todas as semanas, significa uma pressão muito grande sobre os equipamentos desportivos que são muitos, Oeiras não tem falta de equipamentos desportivos, nem descobertos, nem cobertos, tem uma boa rede de equipamentos públicos e privados desportivos que estão ao serviço do tecido associativo do nosso Concelho. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O que temos é uma quantidade enorme de praticantes que cresce de ano para ano, quero acreditar também, obviamente, como resultado daquilo que são as nossas políticas de promoção do desporto e da atividade física, é um bom problema que teremos que dar resposta e, de resto, o Senhor Presidente teve oportunidade de denunciar na Gala que muito brevemente teremos um plano de construção e disponibilização de novos equipamentos desportivos para o nosso Concelho. -----

----- - A terminar, hoje, dia três de abril, assisti com o Senhor Presidente à cerimónia de inauguração da sede da Delegação de Oeiras da Liga Portuguesa Contra o Cancro, em Caxias.” --

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** informou a Câmara do seguinte: -----

----- “ No dia vinte e um de março acolhemos em Oeiras, e eu tive a oportunidade de estar na abertura que foi feita pelo Senhor Presidente, na Conferência Internacional sobre Cooperação Descentralizada, organizada pela Associação Nacional de Assembleias Municipais e com a presença de uma pessoa que nos é muito próxima e que quero daqui saudar, que é o Senhor Presidente do Governo Regional do Príncipe, que é um colega nosso da Câmara Municipal. -----

----- - No mesmo dia, participei na Quinta Maratona de Poesia - Poemas de Abril, organizado pela Associação Luchapa. -----

----- - Dia vinte e três, participei na Primavera do Palácio, uma atividade que é sempre boa de observar pela felicidade que as crianças nos conseguem transmitir. -----

----- - No dia vinte e quatro, participei na Procissão e na Missa do Domingo de Ramos na Paróquia de Paço de Arcos.-----

----- - No dia vinte e sete de março, não tive oportunidade de participar, por uma situação de doença, na Gala do Desporto, mas o professor Pedro Brandão distinguido com o prémio de carreira desportiva, é uma personalidade muito discreta deste Concelho, mas que há muitos anos é o grande protagonista da Natação e do Pólo Aquático em Portugal e foi meu treinador quando

eu era criança em ambas as modalidades, por isso tenho que me associar a esta distinção e deixar um cumprimento muito especial ao professor Pedro Brandão. -----

----- - Hoje inaugurámos a sede da Liga Portuguesa Contra o Cancro e como dizia o Senhor Presidente, hoje de manhã, cada vida conta e em todas as famílias e na minha não foi exceção, houve um episódio de cancro, uns felizes, outros menos felizes e este tipo de entidades servem exatamente para promover a prevenção, a cura e o acompanhamento das famílias. -----

-----O rastreio do cancro de mama, o ano passado, o rastreio do cancro de pele que fizemos nas instalações da DPS este ano, já promovidas pela Liga Portuguesa do Cancro foram importantíssimas, porque cada situação detetada a tempo é uma vida que pode ser salva, estas instituições no nosso Concelho são sempre importantes. -----

----- - Por fim, partilhar convosco uma conta a propósito de dois avisos PRR que terminaram agora.-----

-----Terminaram no dia trinta e um de março e apresentámos candidaturas aos beneficiários diretos, num total de duzentas e oitenta e nove candidaturas, num total de mais de onze milhões de euros, ou seja, ajudámos os proprietários de frações de prédios em bairros municipais e prédios mistos ou totalmente privados:-----

----- Frações submetidas em prédios mistos: cento e noventa e cinco - seis milhões quatrocentos e noventa e um mil quatrocentos e quarenta e um euros e cinquenta e três cêntimos;

----- Frações submetidas em prédios totalmente privados: noventa e quatro - quatro milhões quatrocentos e noventa e três mil oitocentos e trinta e dois euros e setenta e um cêntimos. -- -----

-----Isto significa adicionar ao financiamento público que já tínhamos para o PRR nos bairros municipais.-----

-----Terminou também o aviso da aquisição de novas casas e a este propósito lançámos um procedimento que tem sido trazido aqui à Câmara Municipal e vamos adquirir ao abrigo



Câmara Municipal
de Oeiras

deste procedimento duzentas e trinta e quatro casas num investimento de perto de setenta e nove milhões quinhentos e setenta e três mil oitocentos e vinte euros; setecentas e quarenta e seis casas num investimento de cento e trinta milhões de euros e setecentas e setenta casas num investimento de doze milhões de euros, num total de mil setecentas e cinquenta casas. -----

----- Estes dois valores fazem com que excluindo o valor diretamente investido pelo IHRU no nosso Concelho, na Estação Rádio Naval, já tínhamos atingido vinte por cento do total de financiamento público destinado a nível nacional, no Concelho de Oeiras, concentrar aqui vinte por cento do financiamento a nível nacional significa que somos os únicos com capacidade de concretização para abraçar este desafio.-----

----- Tudo o contratado ao nível da habitação PRR soma trezentos milhões de euros, ou seja, já passa dos vinte por cento do PRR nacional que está em mil quinhentos e trinta milhões de euros, sem contar com o investimento direto do IHRU.-----

----- Agradecer agora com a tomada de posse do novo Governo, o empenho e a parceria da Senhora Ministra da Habitação cessante, doutora Marina Gonçalves e desejar que o novo governante nesta área seja, pelo menos, tão parceiro do Município de Oeiras, como foi a Senhora ex-Ministra.”-----

10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA:-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** teceu as seguintes informações: -----

----- “Certamente que devem ter ouvido ontem o nosso Presidente da República na tomada de posse do novo Governo a discursar, a dar os seus recados e, a dada altura, relativamente à habitação, falava da importância das respostas habitacionais para as várias camadas sociais, ou seja, não descurando os que mais precisavam, não podíamos nada fazer por aqueles que vão começando a precisar, nomeadamente, a classe média/média baixa.-----

----- Achei curioso porque nós já fazemos isso, aí pensei que o Professor Marcelo anda atento àquilo que Oeiras faz e digo isto em forma de convite para quem ainda não foi, que vá ver

a Exposição Trinta e Cinco Anos de Habitação em Oeiras, nós temos um catálogo, podemos dar a quem quiser, mas eu aconselhava que fossem e que levassem familiares, amigos, porque tem sido muito curiosa a reação das pessoas. -----

-----Tivemos lá uma escola do décimo primeiro ano e um dos alunos não queria acreditar que tinha sido há tão pouco tempo aquelas imagens das barracas, de um território tão degradado, dos anos noventa, e nós dizíamos: “Então digam lá quando é que acham que estas fotografias foram tiradas!” -----

-----E eles respondiam: “Para aí em mil novecentos e quarenta, mil novecentos e cinquenta.” -----

-----E nós dizíamos: “Não, de todo.” -----

-----Mais à frente, diziam eles que aquelas casas eram melhores do que algumas casas onde eles viviam, com isto vamos desconstruindo a ideia que a habitação social tem que ser assim uma coisa de quatro paredes para as pessoas habitarem, não é, uma casa é muito mais do que quatro paredes. -----

-----É muito curioso perceber que há em cada um de nós uma centelha política na nossa cabeça, porque eles logo a seguir perguntavam:-----

-----“Então e os miúdos que vivem nestas casas têm escolas? Têm centro de saúde? E como é que vocês fazem com a renda? Como é que a renda é calculada?-----

-----Havia uma preocupação acrescida de quem é que habita aqui, como é que habitam, como é que nós fazemos depois de dar a casa para que eles mantenham uma qualidade de vida, isto é obra de todos nós, de todos nós que estamos aqui e, por isso, acho que devem ir e devem-se orgulhar e, certamente, vão-se arrepiar como eu me arrepio de cada vez que faço aquela exposição.” -----

11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE: -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou à Câmara as seguintes informações:-



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Começar por dizer, porque não posso deixar em branco, que no dia de ontem tomou posse o Governo do Partido Social Democrata com a coligação pré-eleitoral da Aliança Democrata. -----

----- Vale a pena salientar as quatro primeiras propostas deste Governo e como matérias a seguir nos próximos meses e seguindo as palavras da Vereadora Carla Rocha, também a habitação será uma prioridade para este Governo, assim como a educação, a saúde, a segurança, a defesa, mantendo sempre aquilo que tem sido o crescimento económico e as contas certas. -----

----- - Referir o envolvimento que houve na comunidade local, nomeadamente na Maratona da Poesia, que se realizou na Galeria Verney, onde tive a honra de recitar, com o Senhor Vereador Nuno Neto, um momento de poesia de abril. -----

----- Houve uma maratona de poesia que também se realizou nos dois pisos do Mercado de Oeiras, no Auditório Eunice Muñoz, na Biblioteca Operária Oeirense e na Livraria Gatafunho.

----- No piso de cima do Mercado houve poesia temática de várias obras e de vários poetas e no rés-do-chão onde costuma ser a Cultura vai ao Mercado tivemos momentos culturais, nomeadamente, com poesia de autor, ou seja, os próprios autores eram convidados a recitar a sua poesia.-----

----- A Luchapa pela mão do nosso muito entusiasta da poesia o José Mendonça desafiou-me a dizer alguns poemas que não tinham visto a luz do dia, no fundo, era mais a luz do luar, porque eram vinte e duas e trinta minutos quando fui recitar alguma poesia no Mercado de Oeiras que se estendeu até à meia noite. Foi uma grande maratona. -----

----- - Dizer que na passada sexta feira acompanhei o Senhor Presidente nas visitas ao Concelho, nomeadamente, ao Mercado de Carnaxide, onde pudemos ver alguns projetos para a melhoria daquele mercado, que vão ao encontro daquilo que temos vindo a trabalhar, no âmbito dos mercados e feiras municipais.”-----

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** prestou à Câmara as seguintes informações:

-----“No dia vinte e um de março, acabámos em glória a época de plantações envolvendo a comunidade, envolvemos os mais jovens desde os mais jovens aos menos jovens, porque havia alunos do secundário, mas também havia alunos das escolas básicas e é muito importante envolver todos naquilo que é a cultura de Oeiras, naquilo que é a cultura das nossas políticas públicas municipais, a forma como nós tratamos o espaço público e na forma como nós incentivamos e valorizamos aquilo que é um crescimento, sustentado e consistente, que é a nossa infraestrutura verde e, como muitas vezes somos injustamente criticados, porventura, porque não conhecem do terreno e com a proximidade necessária o nosso trabalho, é fundamental darmos conta pública daquilo que fazemos nesta matéria. -----

-----Eu não sei se tiveram oportunidade de abrir a caixinha que a doutora Selma e a doutora Sílvia tiveram o cuidado de colocar na vossa mesa, mas é um apontamento muito simpático, porque todos os jovens foram agraciados, é um mimo, é verdade, mas é para dar conta daquilo que nós fazemos a favor do património arbóreo e daquilo que são as nossas políticas públicas municipais na área do ambiente, portanto, um mimo para todos, foi esse mesmo que foi dado também igualmente aos jovens. -----

-----Não posso deixar de agradecer à equipa do Departamento de Ambiente, naturalmente, aos nossos jardineiros, mas estas ações são tão transversais, porque, no fundo, nestas ações poupamos quem planta, portanto os jovens e os menos jovens, porque já tivemos a NOVA e a IMS e os professores e eles, de facto, são muito poupados no processo de plantações, é só colocar praticamente o tronco no buraquinho e, portanto, dar conta do trabalho titânico que é feito pelos nossos operacionais, mas, também, por toda a estrutura, encarregados, assistentes técnicos, técnicos superiores, dirigentes, todos eles envolvidos daquilo que é uma missão única, mas muito coesa, muito consistente por parte do Município de Oeiras, por isso, parabéns a todos.

----- - Estive, em representação do Senhor Presidente, a abrir a Homenagem:



Câmara Municipal
de Oeiras

Organizações não Governamentais de Mulheres - Cinquenta anos a construir igualdade, mas a Vereadora Ana Filipa Laborinho já teve o cuidado de mencionar. -----

----- - Estive eu juntamente com o Senhor Presidente, com a Vereadora Susana Duarte, com o Vereador Armando Soares e com o Vereador Nuno Neto em várias visitas de trabalho nas famosas sextas feiras, estivemos em vários locais.-----

----- Em Carnaxide estivemos no Mercado de Carnaxide, estivemos no Centro Cívico e é fundamental mencionar isto, porque estamos a falar da centralidade de Carnaxide e nesta centralidade e até porque as obras ainda não se veem, é fundamental dizer qual é o trabalho prévio, porque é muito musculado e demora muito tempo, eu estou a dizer isto com um propósito simples, muitas vezes são apresentados requerimentos aqui na Câmara por parte de Vereadores, legitimamente, a solicitar o ponto de situação de um assunto, como se esse assunto, por varinha mágica, aparecesse de um dia para o outro, podem aparecer esclarecimentos a seu tempo, mas a ação aos olhos das pessoas não aparecem de um dia para o outro, não podem aparecer, porque também um parto demora nove meses, pronto os processos, os projetos, as obras demoram o seu tempo e têm que demorar o seu tempo, porque caso contrário podem não ser bem sucedidos. -----

----- No caso do Mercado de Carnaxide estivemos lá, apresentámos ao Senhor Presidente um trabalho feito pela prata da casa, pelo Departamento de Obras, pela Divisão de Estudos e Projetos, mas devidamente concertado com a Área do Património, com a Área dos Mercados, que é o estudo prévio de reabilitação do mercado que está datado e obsoleto. -----

----- Estamos a falar de um investimento que aponta para os oitocentos mil euros e importa a renovação das bancas, a instalação de nova restauração muito naquilo que é a lógica bem-sucedida do Mercado de Algés.-----

----- Ainda não temos decisão se vamos avançar com o projeto de execução, portanto, projeto e empreitada a cargo da Câmara, se porventura pode acontecer o mesmo registo que aconteceu no Mercado de Algés, que é vir uma entidade privada e parte do mercado é

concessionada, portanto, é um assunto que ainda está em cima da mesa. -----

-----Estivemos igualmente no Centro Cívico de Carnaxide, reclamações legítimas no que respeita aos pavimentos, temos um projeto muito musculado para impermeabilizar as garagens, substituir os pavimentos, introduzir modernidade naquele espaço com a introdução de novo mobiliário urbano, introdução de uma cobertura para dar conforto a todos os utentes, trezentos e sessenta e cinco dias ao ano, vinte e quatro horas por dia, no fundo, é replicar um centro comercial, naquele espaço que já tem trinta anos decorridos, é fundamental modernizá-lo e é o que está pensado e o que está projetado, mas vamos dividir em três fases, vamos dar prioridade ao conforto e à segurança, impermeabilização das garagens, substituição dos pavimentos.-----

-----Passamos à segunda fase que é a introdução de uma cobertura.-----

-----Passando à terceira fase que é remodelar o quarteirão do Centro Cívico com equipamento infantil, equipamento “fitness”, introduzir também alguma modernidade do próprio paisagismo. -----

-----Visitámos também o Lar Nossa Senhora do Amparo, onde o projeto está concluído no que respeita à sua ampliação e nos projeta para um valor de investimento na casa dos dois milhões e meio de euros.-----

----- - Nesse mesmo dia, estive presente, em representação do Senhor Presidente, na apresentação da sétima edição do Eco Rally Portugal, no Taguspark. -----

-----O Eco Rally é uma aposta do nosso Município desde a sua primeira edição e é a consciência que o próprio Município tem da necessidade da transição energética da descarbonização e da busca por soluções que sejam sustentáveis para o nosso dia a dia.-----

-----Não posso deixar de referir que este tipo de iniciativas, soluções, inovações, acabam por valorizar aquilo que tem sido o posicionamento do Município, nós estamos no top cinco europeu em termos de número de postos de carregamento elétricos no espaço público e fomos inovadores em dois mil e dez e em dois mil e vinte e dois, em dois mil e dez, porque colocámos



Câmara Municipal
de Oeiras

o primeiro posto de carregamento elétrico rápido na área de serviço da A Cinco, em Oeiras e fomos igualmente inovadores em dois mil e vinte e dois, porque colocámos o primeiro posto de carregamento ultrarrápido em Algés e, portanto, é esta busca por soluções inovadoras, que acabam por posicionar sempre o nosso Município. -----

----- - No dia vinte e três de março, juntamente com o Senhor Presidente, com o Vereador Armando Soares, que é também Presidente da Corporação dos Bombeiros do Dafundo e com o Presidente João Antunes, estivemos num simulacro multi ocorrências nas Piscinas do Jamor, fuga de cloro nas piscinas, incêndio no equipamento do restaurante, capotamento de dois carros, perto da rotunda de acesso ao complexo, com desencarceramento. -----

----- Neste simulacro, estiveram envolvidos quarenta e três veículos, cento e oito operacionais, todas as Corporações presentes, inúmeros civis que estavam nas suas atividades normais a praticar desporto, a passear, a usufruir daquele espaço, que é de todos e, portanto, gostaria de enaltecer aquilo que é a mais valia da prática destes simulacros, não só para as sete Corporações, mas também para o público em geral, para a comunidade estar fortalecida naquilo que é a exigência de uma situação destas em real. -----

----- - No dia dois de abril, participei na mesa-redonda, no âmbito das Jornadas Navegante, que decorreram no Palácio Nacional de Queluz, no âmbito do quinto aniversário dos Transportes Metropolitanos de Lisboa e onde eu tive a oportunidade de falar e enaltecer aquilo que é o transporte coletivo em sítio próprio, dar o ponto de situação daquilo que é o SATUO, um projeto de vanguarda há vinte anos atrás, que se mantém de vanguarda vinte anos decorridos, em que este Município não perdeu o foco, aliás, nas eleições de dois mil e dezassete o Presidente Isaltino mencionou que era objetivo ressuscitar o SATUO e na realidade, o SATUO está a ver a luz ao fundo do túnel nesta altura, porque os estudos estão a terminar e, portanto, mudou a tecnologia, vamos optar por infraestruturar o menos possível, a solução de viaduto até porque é mais onerosa, será em viaduto nos locais estritamente necessários, fora dos locais o SATUO

andarà à superfície. -----

----- - Entretanto, algumas questões colocadas pelo Vereador Duarte da Mata nesta reunião, nomeadamente, Público, LIOS, abordada a questão de um retrocesso face à versão original.-----

-----Zonas que são densamente populosas e que não terão a resposta do LIOS. -----

-----No dia dois de abril, vejam como é que as coisas funcionam, sai uma notícia no Público sobre o LIOS e a notícia começa por dizer que a nova versão do LIOS é uma tremenda desilusão, que este projeto não tem ambição alguma, que não responde às Freguesias de Lisboa: da Ajuda e de Alcântara, notícia saída pelo jornalista Samuel Leão.-----

-----Mas no mesmo dia que saiu a notícia é que fizeram a pergunta ao Município de Oeiras sobre o ponto de situação do LIOS e já tinha saído a notícia. Depois de sair a notícia é que o jornalista Samuel Leão faz as perguntas ao Município.-----

-----Tenho-as aqui, caso algum Vereador queira ver as perguntas.-----

-----Que perguntas eram essas?-----

-----Primeira - Confirma o Município de Oeiras, a preferência pelo sistema BRT em detrimento de um sistema de metro ligeiro? -----

-----Segunda - Tal opção acarretará mudanças no traçado e na localização das estações do Concelho de Oeiras?-----

-----A pergunta foi feita no dia dois de abril às dezasseis horas e dezasseis minutos, justíssimo, depois de a notícia ter saído. -----

-----O Município de Oeiras pronunciou-se ontem, dia dois de abril, à noite-----

-----A nossa resposta já está na posse do jornal Público, mas, no final do dia e tiveram sorte ser no mesmo dia. -----

-----A resposta foi esta: -----

-----{O LIOS - Linha Intermodal Ocidental Sustentável constitui-se como um projeto de



Câmara Municipal
de Oeiras

transporte estruturante em responder às necessidades das localidades mais oriente do Concelho de Oeiras.-----

----- Ao permitir concretizar a ligação umbilical que estas têm com a capital, nomeadamente, com a articulação prevista com a linha vermelha do metro até Alcântara.-----

----- Assim, o Município de Oeiras empenhou-se desde o início na definição deste projeto em estreita articulação com a Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- (Eu quero-vos dizer que de semana a semana a minha pessoa, com uma equipa que me acompanha, que é a equipa do planeamento, o arquiteto Luís Baptista Fernandes, o engenheiro Nuno Graça, assim como a Administração da Parques Tejo, todas as semanas, estamos na Câmara Municipal de Lisboa a reunir com o Vice-Presidente Anacoreta Correia sobre este tema, portanto, vejam a importância e a forma como não largamos o osso sobre este assunto que sentimos que é absolutamente estruturante para responder ao Concelho de Oeiras na zona oriental. E eu estou a tocar outra vez na zona oriental, porque o Vereador Duarte da Mata a dada altura diz que nós, através deste sistema de transporte, não reagimos ou não damos resposta às zonas mais densamente populosas.)-----

----- Neste sentido, na perspetiva de Oeiras, o LIOS deve ser visto como integrante de uma Rede Metropolitana de Transportes Coletivos em sítio próprio, que se articule com outros eixos estratégicos nos Concelhos de Oeiras, Lisboa e Oeiras (e quando menciono isto é importante que o Vereador Duarte da Mata tenha noção daquilo que é a proposta de traçado que existe e que está a ser estudada.-----

----- Foi estudada pelo Metropolitano e neste momento, está a ser também estudada pela Carris e essa proposta, é uma proposta simples, é uma proposta em que dá resposta a Algés ligando a estação ferroviária existente na baixa de Algés, ligando a Miraflores, ligando a Carnaxide, a Linda-a-Velha e fazendo a passagem para Carnaxide.-----

----- Foi uma exigência do Município de Oeiras, aliás, os estudos a dada altura feitos pelo

Metropolitano tiveram um abrandamento, exatamente por esta nossa exigência de ter que responder a Miraflores, ter que responder a Linda-a-Velha e ter que responder a Carnaxide, portanto, não sei que Freguesias ou que áreas densamente populacionais o Senhor Vereador Duarte da Mata se está a referir, mas ao Concelho de Oeiras, o Senhor como Vereador do Concelho de Oeiras, quero-lhe dizer que está tudo salvaguardado). -----

-----À luz destes critérios encontram-se a ser desenvolvidos estudos técnicos e de viabilidade económico-financeira (também recordo que o Município de Oeiras já pagou mais de meio milhão de euros, por estes estudos, portanto, não está nada do lado do Município de Oeiras, os pagamentos já foram todos feitos e os estudos estão a decorrer) sobre as diversas soluções de transporte passíveis de serem aplicadas (e é importante voltar a dizer, diversas soluções de transporte passíveis de ser aplicadas) o Município de Oeiras ainda não disse, é melhor o metro de superfície ou é melhor BRT. (É melhor aquilo que resultar dos estudos, aquilo que resultar da proposta de traçado exigida pelo Município de Oeiras, que responda às zonas com maior densidade populacional e também e não podemos ser alheios à resposta que for mais célere de ser aplicada, porque, na realidade, é uma exigência que este sistema de transporte responda o quanto antes, porque as populações já lá estão e reivindicam legitimamente). -----

-----Tendo a certeza que a solução a aplicar será sempre a que melhor responde às necessidades percecionadas no território de acordo com o mesmo racional e também a definição concreta do traçado das localizações das paragens do LIOS, qualquer que seja a solução de transporte aplicada, deverão assegurar um serviço adequado na resposta aos fluxos pendulares de deslocação dos residentes nas localidades abrangidas, sendo esse o foco do Município de Oeiras.}-----

-----Ora se fosse o Município de Oeiras a dizer para a esquerda ou para a direita não tínhamos contratado qualquer estudo e não se tinha gasto meio milhão de euros-----

-----Esta publicação do jornal Público é pura desinformação, totalmente enganosa e mete



Câmara Municipal
de Oeiras

a carroça à frente dos bois.-----

----- Espero ter elucidado o Senhor Vereador Duarte da Mata quanto a este ponto.-----

----- - No que respeita à visita à Praia da Cruz Quebrada, até parece mentira, porque por ventura a Vereadora Carla Castelo, que apresentou no dia dezassete de novembro de dois mil e vinte e dois um requerimento, são as coisas que não são de um dia para o outro, era bom que fossem, mas não são, mas o Vereador Duarte da Mata face ao currículo que tem profissional também sabe que as coisas não acontecem de um dia para o outro, é óbvio, já todos temos idade e maturidade profissional para perceber que não podem acontecer, mas na sequência desse requerimento, tenho aqui um conjunto vastíssimo de “Edoc”, em que o Departamento de Ambiente teve o cuidado de etapa, em etapa, e já são algumas, dar conhecimento à Vereadora Carla Castelo, de tudo aquilo que está a acontecer, no que respeita a estas análises que foram solicitadas e que irão ser feitas à praia, portanto, não consigo perceber a pertinência dessa questão, quando a Vereadora Carla Castelo e certamente também o Senhor Vereador sabe, a atualidade sobre esta situação. -----

----- - No que respeita aos esgotos a céu aberto na Ribeira da Lage, o Senhor Vereador tem o Departamento de Ambiente e os SIMAS representados nesta reunião, desconheço qualquer evidência de esgotos a céu aberto, solicito ao Vereador Duarte da Mata que apresente essas evidências para que os Serviços possam fiscalizar. -----

----- - Quanto à Calçada dos Moinhos, eu, por acaso, não tenho aqui a planta. Mas caso o Senhor Presidente autorize, é uma questão de depois lhe remeter a planta da Calçada dos Moinhos, que é uma área urbana de génese ilegal e que o Município, à semelhança de tantas outras, e temos sido tão bem sucedidos, tem sido um caminho longo, de cerca de quarenta anos, que é a tentativa de legalizar todas estas áreas. -----

----- Quando eu digo que temos sido bem-sucedidos eu apresento evidências e essas evidências, basta o Senhor Vereador sair desta reunião e ir ao Casal das Chocas. -----

-----O Casal das Chocas, Freguesia de Porto Salvo, há trinta anos atrás, era lamentável fazer lá uma visita, aliás, alguns dos moradores tinham algum estigma em dizer que moravam no Casal das Chocas, hoje em dia é com orgulho que se diz: “Eu moro no Casal das Chocas”, e qualquer casa que ali é comercializada, é entre meio milhão a um milhão de euros para cima, portanto, o processo de legalização que a Câmara paulatinamente tem feito, é uma coisa absolutamente arrebatadora e muitas destas obras praticamente, e estamos a falar de custos de investimentos, altíssimos, por exemplo, o último dos investimentos estamos a falar de quase um milhão de euros, mas são investimentos que pouco se veem, porque estamos a falar de estradas, passeios e infraestruturas subterrâneas, a água, esgotos e isso não se vê, mas estamos a falar de muito investimento público e um processo de legalização que, de facto, tem sido bastante meritório.-- -----

-----Casos de sucesso, Lage, Casal das Chocas, Leião, Pedreira Italiana, mas o Vereador Duarte da Mata é uma questão de sair da reunião de Câmara e ir a esses locais.-----

----- - No que respeita à Calçada dois Moinhos já tenho aqui a planta e para se perceber é uma área muito generosa em termos de intervenção e como em todas as áreas urbanas de génese ilegal têm que ser faseadas.-----

-----Temos aqui a fase um, a fase dois, a fase três e a fase quatro, é a forma como estamos a fasear e a repartir os custos de investimento, que eu mais uma vez digo, são elevadíssimos para o Município de Oeiras.-----

-----Há aqui na realidade um investimento particular, mas também um investimento municipal, que é muito forte, naquilo que é o relacionamento entre o Município, os Gabinetes Técnicos Locais, todos os moradores e as Comissões Administrativas que existem nestas áreas urbanas de génese ilegal e, portanto, é neste processo de concertação diária entre o Município e estas Comissões de Moradores que depois chegamos a uma concertação e a um investimento particular, mas a um mais forte, naturalmente investimento público municipal.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - No que respeita à última questão, de Tercena, Avenida Infante Dom Henrique, essa questão já foi várias vezes respondida, também neste fórum, que está relacionada com as medidas de acalmia de tráfego, e Senhor Vereador, também eu não consigo de um dia para o outro instalar, é pretensão por parte dos Serviços do Departamento de Obras, que têm uma empreitada em curso para esse efeito, logo que a empreitada seja adjudicada e consignada avançaremos com as medidas de acalmia de tráfego nessa Avenida, como sabemos é uma avenida principal na Freguesia de Barcarena, localidade de Tercena.” -----

13 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE:-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “No dia da última reunião de Câmara, eu não estive presente, porque estava numa missão empresarial da OVIA - Oeiras Valley Investment Agency, à China, concretamente a Macau, Zhuhai, Hengqin., Shenzhen, há de vir o relatório da visita, e o Senhor Presidente dará conhecimento à Câmara, mas dizer que o Município de Oeiras foi recebido em todas as entidades políticas e financeiras da região, mas destacar, já, o acordo de cooperação entre a Agência de Investimento Oeiras Valley Investment Agency e a Agência para a Promoção de Investimento do Distrito de Bao’na, um dos Distritos mais importantes de Shenzhen.-----

----- A Província de Shenzhen, tem o idiossincrasia tal como Oeiras, que representa cerca de doze por cento do PIB português, aquela Província também representa cerca de doze por cento do PIB chinês, sendo que o PIB chinês é um bocadinho maior do que o nosso, mas, no entanto, as oportunidades que se abrem atualmente são imensas e esse acordo entre OVIA e a Agência de Investimento Local é um marco a destacar. -----

----- Fomos recebidos também na Agência de Investimento e Desenvolvimento de Hengqin, que é a antiga Ilha da Montanha, que pertenceu a Portugal até ao Século Dezanove e onde as autoridades chinesas estão a fazer a expansão empresarial de Macau. -----

----- Oeiras foi convidada a estar presente na Feira Tecnológica de Hengqin, e será feita

uma visita ao Parque Tecnológico Taguspark de Oeiras, com vista à cooperação empresarial, particularmente entre as “startup” do nosso território e daquela cidade. -----

-----Oeiras tem a idiossincrasia que se Portugal já tem sete unicórnios, quatro desses unicórnios, nasceram no território de Oeiras e, provavelmente, o oitavo também deverá ser de Oeiras, partindo do princípio que a PHC crescerá naturalmente, até ter essa dimensão. -----

-----Foram dias bastante intensos, mas cujos resultados se esperam sejam proveitosos.----

----- - Desde a minha chegada destacar a presença na Gala do Desporto, já quase foi dito tudo sobre essa Gala, mas gostaria de dizer da importância para a comunidade e, por isso mesmo a importância do Município promover esta Gala e estar presente e fazer-se presente junto das instituições desportivas do Concelho. -----

-----É impossível, virtualmente, nós acompanharmos, no quotidiano, a quantidade de prémios que aquelas instituições ganham, quer no País, quer no mundo inteiro, são diversos campeões nacionais, campeões europeus, campeões do mundo, números uns nos mundiais, nas modalidades, certamente fruto do seu trabalho individual, mas certamente também fruto do trabalho que foi desenvolvido em Oeiras ao longo do tempo. -----

----- - Depois destacar também hoje, uma obra muito singela e muito pequenina, como o Senhor Presidente disse na inauguração da Sede da Delegação da Liga Portuguesa Contra o Cancro, em Oeiras. O cancro é a grande epidemia do Século Vinte e Um e a aproximação do tratamento do cancro junto das pessoas, na proximidade, é um marco muito importante, portanto, aquela unidade, volto a dizer, muito pequenina, tem grande importância para a vida quotidiana das pessoas, até porque nenhum de nós está a salvo daquela doença e a qualquer um de nós pode bater à porta, portanto, bem andou o Município no apoio aquela Delegação. -----

-----Cometendo a gafe de comentar as palavras da Senhora Vereadora Carla Rocha, efetivamente o Município de Oeiras tem feito muito na habitação ao longo das décadas e nós todos apropriamo-nos hoje, felizmente, significa que nos revemos no trabalho que foi feito no



Câmara Municipal
de Oeiras

Município de Oeiras, eu não preciso de fazer isso, mas gostava que ficasse em ata, a defesa intransigente que o Presidente da Câmara de Oeiras fez sempre de habitação pública em Portugal e o quanto o País deve, nesse histórico, ao ex e atual Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, porque foram as vagas sucessivas na defesa de habitação pública neste território que permitiram criar a base de desenvolvimento do Concelho de Oeiras, muitas vezes e muitos de vós, não vou dizer quem, dos que estão aqui sentados na audiência, nos dizem que nós falamos muito das barracas, porque é preciso compreender que se não tivesse havido erradicação das barracas, não havia nenhuma possibilidade de Oeiras ser recebida onde eu estive a honra de estar presente, em representação do Senhor Presidente do Município, porque o Município não tinha assumido a dimensão que hoje assume na produção de riqueza nacional, na criação da atividade empresarial no Concelho.-----

----- O êxito dos indicadores de desenvolvimento socioeconómico, tudo isso tem uma base e a base é a qualidade de vida e bem-estar das pessoas, e acreditem, quem tiver fé para isso, que nenhuma destas empresas multinacionais, nenhuma destas grandes empresas se instala junto a polos de miséria. Os polos do saber, do desenvolvimento, da tecnologia, da crista da onda, querem estar onde há qualidade de vida, onde há organização, onde há riqueza, onde há segurança e tudo isso em Portugal acontece e existe em Oeiras.-----

----- Isso acontece em Oeiras porque foi feito muito trabalho nesse histórico.-----

----- Senhora Vereadora Carla Rocha, mais uma vez, cometendo o erro de interpretar as suas palavras, dizer que a honra a quem a tem, e quem a tem foi quem liderou o processo.”-----

14 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE:-----

----- O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte:-----

----- “No dia vinte e um de março, ocorreram as plantações e não posso deixar de fazer referência às plantações. Às últimas onde estive, que foi na Estação Agronómica Nacional, na Quinta de Cima e desde logo sublinhar o facto de nestas plantações termos tido muita sorte,

porque quando se acerta no momento da plantação, há sucesso e, portanto, as Amoreiras plantadas na Estação Agronómica Nacional, da qual iremos produzir dentro de quatro anos, Bicho da Seda, faremos as primeiras colchas de seda, com certeza, dentro de cinco anos. -----

-----Já produzimos vinho, produzimos azeite, produzimos mel e vamos produzir seda, retomando os tempos do Marquês de Pombal, mas agora moderno. -----

-----Não sei se temos que fazer as colchas em Freixo de Espada à Cinta, pelo que eu sei tem a única fábrica de colchas de seda do País, porque são dos poucos sítios naquela zona, Freixo, Vimioso, onde ainda se produz muita Amoreira e Bicho da Seda.-----

-----Estas Amoreiras pegaram todas, só foram plantados na semana passada, mas vê-se que tivemos sorte, que talvez tenha a ver com a chuva.-----

-----Também houve plantações no Casal das Chocas, quando as plantações são feitas no momento certo, a coisa resulta, de maneira que vamos ter um sucesso extraordinário, porque normalmente trinta por cento das árvores secam. -----

-----Nesta safra foram plantadas sete mil árvores, só mil e quinhentos pinheiros mansos foi na Serra de Carnaxide. -----

----- - No mesmo dia, às catorze horas e trinta minutos, estive presente na Conferência Internacional sobre Cooperação Descentralizada, uma iniciativa levada a cabo pela Associação Nacional das Assembleias Municipais, onde estiveram presentes antigos membros do Governo ligados à cooperação, o doutor Victor Ramalho, o doutor José Lamego, o doutor Campos Ferreira, o Secretário de Estado da Cooperação, entre outros. -----

----- - Ainda no mesmo dia, pelas quinze horas, no Templo da Poesia, pude assistir à Homenagem: Organizações Não Governamentais de Mulheres - Cinquenta anos a construir igualdade, e tenho acompanhado os depoimentos das mulheres de Oeiras e há ali depoimentos muito interessantes, aliás, hoje de manhã vi o da Presidente dos Bombeiros de Linda-a-Pastora, da Cristiana, que gostei muito, mas devo dizer também que o de uma mulher muito simples, a



Câmara Municipal
de Oeiras

Adozinda que fez ali um depoimento fantástico, uma mulher sofredora, com muitos problemas familiares e que não desiste.-----

----- - No dia vinte e dois, tivemos as visitas ao Concelho que já foram referidas. -----

----- - No mesmo dia, estive presente no Auditório da Biblioteca Municipal no “Sorteio de Habitação Jovem”, é sempre uma cerimónia muito bonita, porque estavam muitos jovens, curiosamente, não saiu a nenhum dos que lá estavam, que é uma pena, ainda tentei chegar aos cinquenta, mas de qualquer maneira estavam todos bem-dispostos e estão à espera do próximo sorteio. ----

----- Como sabem, são casas muito bonitas. -----

----- - No dia vinte e três, gostaria de salientar a Primavera no Palácio, um evento que começa a ganhar consistência e onde vai muita gente, sobretudo crianças e os pais. -----

----- - No dia vinte e quatro, estive presente no aniversário dos Bombeiros Voluntários do Dafundo, não foi propriamente uma festa formal, foi uma festa diferente, em que houve uma espécie de festa de casa, dentro de casa, com a entrega de algumas condecorações a bombeiros e, portanto, não foi aquela cerimónia com muitos discursos que caracteriza as cerimónias dos Bombeiros, foi fundamentalmente numa informalidade extraordinária sobre a entrega de condecorações, em família, e gostei de assistir. -----

----- - No dia vinte e sete, ocorreu a visita à Quinta Real de Caxias, aliás, o Paço Real de Caxias, já foi adjudicado à Vila Galé, onde irá ser construído um novo hotel e na próxima terça-feira iremos fazer uma visita com a Assembleia Municipal, para verificar o antes e o depois e provavelmente daqui a um ano e meio, julgo que é o período (eles trabalham muito rapidamente) o que dá não ser preciso concurso para o projeto, nem concurso para empreitada, e segundo me dizem, no Natal do próximo ano, o hotel estará a ser inaugurado, se tudo correr bem.-----

----- - No dia vinte e sete, teve lugar a Gala do Desporto de Oeiras e foi realmente um evento extraordinário, que também está a ganhar prestígio, que a nível do Concelho nos orgulha

muito.-----

-----Não resisto a contar um episódio.-----

-----Nesse dia às quinze horas, tive uma reunião com alguns Vereadores para discutirmos a questão dos transportes para os clubes desportivos, para as coletividades sociais, culturais, etc., porque temos estado a ter um crescimento que tem que ser limitado, porque era de trezentos e cinquenta mil euros, há três anos, e já estamos a ultrapassar o milhão, em termos de custos, só de transportes e, naturalmente que, desde escuteiros, escolas, desporto, enfim, tudo o que tem a ver com a sociedade e a comunidade deste Concelho, tudo recorre à Câmara para os autocarros, e, naturalmente, como em tudo, às vezes, temos que fazer alguma contenção, de maneira que eu pedi aos respetivos Vereadores, e vão-me trazer esta semana, ou na próxima, uma relação de tudo o que foram os pedidos realizados em dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro e com isso ver onde é que podemos reduzir a despesa.-----

-----Às dezanove horas estava na gala e a importância da rua, a importância da sensibilidade em falar com as pessoas, em as ouvir e depois de passar por mim e de ver ali trezentos galardoados, campeões mundiais, campeões nacionais, campeões regionais, não sei se haverá algum Município neste País que tenha este naipe de campeões, que é extraordinário, e perante o desfile desta natureza, a nossa vontade já não é diminuir a despesa, mas aumentar, porque na realidade se não fosse o apoio que a Câmara Municipal dá, isto é o resultado de muitas décadas de trabalho, portanto, não fora o esforço que o Município fez e, naturalmente o esforço das coletividades, dos dirigentes, dos desportistas, enfim, de todos, não teríamos este resultado e como disse o Vereador Pedro Patacho, embora tenhamos um número significativo de equipamentos, também temos vinte mil atletas ou perto disso, o que quer dizer que se mais equipamentos tivermos, possivelmente, mais alargamos esta comunidade de desportistas e da prática de exercício físico, etc., e mais saudável será a nossa população, portanto, saí de lá com a promessa de preparar um programa de novos equipamentos em vez de poupar trezentos mil



Câmara Municipal
de Oeiras

euros, eventualmente, vamos investir mais uns milhões a construir, pelo menos, mais dois pavilhões desportivos, um deles terá que ser para Barcarena, mais três ou quatro campos de futebol, mas campos de ténis, mais duas piscinas, provavelmente, estamos a falar de um investimento que vai ultrapassar, com certeza, os vinte milhões de euros, mas que vale a pena. ---

----- - No dia três de abril, hoje, tivemos a Cerimónia da Inauguração da Sede da Delegação de Oeiras da Liga Portuguesa Contra o Cancro, iremos brevemente aprovar uma deliberação para patrocinar uma bolsa científica no montante de cem mil euros. -----

----- - Tenho aqui o Relatório do Orçamento Participativo, parece realmente muito interessante, e deve ser distribuído pelos diferentes Vereadores, que talvez tenham curiosidade em ler este documento.”-----

15 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

----- Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

----- “No que diz respeito a esgotos a céu aberto, quero-vos dizer que desconheço a existência no Concelho de Oeiras, desconheço completamente. Há muito tempo que ninguém me fazia chegar a informação de que havia um esgoto a céu aberto, que possa haver alguma descarga clandestina, tudo bem, agora se é um esgoto a céu aberto, eu agradeço que o Senhor Vereador me faça chegar, porque desconheço completamente.-----

----- - Relativamente à questão da legalização de casas, seja na Calçada do Moinho, ou onde quer que seja, há duas áreas onde a Câmara Municipal de Oeiras não pode deixar de puxar pelos pergaminhos e pelos galões. Justamente na área da habitação, seja habitação pública, seja na questão da habitação clandestina, nas áreas de génese ilegal.-----

----- No que respeita à habitação, pensei que já tinha sido distribuído este documento da Exposição trinta e cinco anos de Habitação em Oeiras que diz tudo, não há nenhum Município em Portugal capaz de apresentar um documento destes. -----

-----Em Portugal nenhum Município tem condições de apresentar um documento destes, até porque tem aqui algumas dimensões que são únicas em Portugal, o caso da Habitação Jovem.

-----No que diz respeito à habitação pública. Foi e continua a ser uma questão de vontade política. O Município de Oeiras estava enxameado de barracas e foi possível erradicar as barracas. --- -----

-----Por que é que a prioridade foi dada justamente à erradicação das barracas? -----

-----Porque era mesmo isso, erradicação das barracas, portanto, o problema não era ver quais as barracas boas e as barracas más, nos bairros de barracas não havia nada bom, era tudo mau e, portanto, tiveram que ser erradicadas, foram todas demolidas e as famílias realojadas. ----

-----Nos bairros de génese ilegal, eu lembro-lhes, por exemplo, Municípios como Loures ainda têm duzentos e cinquenta bairros de génese ilegal, Cascais tem mais duzentos bairros de génese ilegal e já nem falo na margem sul, onde cinquenta por cento do território é praticamente bairros de génese ilegais. -----

-----No caso de Oeiras, bairros de génese ilegal, é uma situação diferente, mas onde temos uma experiência de mais de quarenta anos e com um sucesso extraordinário. -----

-----Vários bairros de génese ilegal estão completamente resolvidos, o caso da Pedreira Italiana, o caso de Leião. Depois temos o Casal das Chocas, onde já se fizeram milhões de euros de investimento e onde é preciso continuar a investir, ou a Quinta da Gandarela, onde as primeiras intervenções feitas nos arruamentos foram feitas há trinta e seis/trinta e sete anos, ou um pequeno aglomerado do Forte de Caxias, o Bairro do Marchante, que é assim que se chama, onde existe uma dúzia de casas para serem legalizadas. -----

-----Eu compreendo que os Senhores Vereadores da oposição podem ir, às vezes, a um bairro ouvir queixa de um morador, que legitimamente reclama, mas muitas vezes, até sem ter a consciência do objeto da reclamação, o morador quer resolver o seu problema, ter a sua casa legalizada.- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Mas ainda ontem recebi uma moradora do Casal das Chocas que tem a sua casa construída há quarenta anos e não está legalizada. Não está, nem pode ser legalizada, mas é preciso ter muita paciência para explicar isto, não pode ser legalizada, por enquanto, porque, na realidade, a casa está num lote que tem por hipótese dez mil metros quadrados, o terreno dela ocupa quinhentos ou seiscentos, em avos indivisos, naturalmente que a casa está construída, mas não é suscetível de ser legalizada, porque é preciso demonstrar desde logo, a titularidade do terreno, é preciso fazer os lotes, é preciso fazer isso tudo. Foi preciso fazer planos, fizemos os planos, foi preciso fazer os loteamentos, estão feitos os loteamentos, agora é preciso fazer as infraestruturas, é a Câmara Municipal que está a fazer as infraestruturas e, portanto, é um processo gradual, demora tempo, é uma espécie de ourivesaria, de maneira que, em todos os bairros se anda a fazer coisas, e, curiosamente, também recebemos moradores da Quinta da Gandarela, porque o plano está a avançar e é necessário falar com os moradores e a Câmara e os Serviços falam com todos os moradores. -----

----- Nunca nenhum dos Senhores Vereadores quando vem falar aqui de legalização de casas nos traz qualquer novidade, porque nós conhecemos todos, sabemos qual a situação, agora é um processo lento, é um processo de planeamento que demora tempo, mas que se irá fazer. -----

----- - Problemas de segurança seja Paço de Arcos, seja onde quer que seja, a Câmara Municipal não tem responsabilidades na área da segurança, mas indiretamente tem. -----

----- Como é que a Câmara Municipal contribui para a segurança? -----

----- Por exemplo, realojando as famílias que precisam de casa, atenuando os sentimentos de revolta que a população tem, criando condições e apoios aqueles que mais precisam, dando bolsas de estudo para que os jovens possam estudar, portanto, todas as políticas da Câmara Municipal vão no sentido do combate à pobreza e do combate às desigualdades, é assim que se combate a insegurança. -----

----- Isto do ponto de vista preventivo. -----

-----Depois há a situação de marginalidade existente, aqui ou noutra lado qualquer, mas Oeiras, apesar de tudo, continua a manter os melhores indicadores de segurança da Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----O que é que a Câmara pode fazer?-----

-----Aquilo que temos feito, por exemplo, não tenho ouvido falar em Oeiras que a Polícia não tem carros, que não tem viaturas para se deslocar. Coisa que já acontece em muitos pontos do País. -----

-----Entregámos dezassete viaturas à Polícia, portanto, desde viaturas ligeiras a viaturas de patrulhamento, viaturas de intervenção urgente, toda a informatização da Polícia é paga pela Câmara Municipal, todas as esquadras da Polícia são da Câmara Municipal. -----

-----Aqui em Oeiras.-----

-----Estamos neste momento a elaborar o projeto para uma nova esquadra, em Carnaxide, que irá ser, com certeza, uma esquadra de referência a nível nacional, portanto, a Câmara faz tudo aquilo que é necessário fazer, agora só não fazemos polícias, porque essa não é nossa responsabilidade e, obviamente, que há alguma carência, neste momento, nós devíamos ter à volta de quinhentos e cinquenta polícias aqui no Concelho e julgo que estamos com trezentos e setenta.-----

-----Relativamente à Infante Dom Henrique, também é fácil para um Vereador da oposição dizer que os moradores reclamam da Avenida Infante Dom Henrique, também reclamam da Avenida Vinte e Cinco de Abril, em Linda-a-Velha, eu, o Presidente da Câmara, também reclamo da Avenida que desce para minha casa, na zona da Fernão Lopes, ao longo da Carris há um passeio, que já disse várias vezes à Vereadora Joana Baptista para resolver aquele problema rapidamente, porque uma parte do passeio está feita, onde as pessoas vão no passeio e depois a outra parte onde há raízes das árvore e é preciso pôr um duplo lancil para que fique plano para as pessoas poderem circular, porque as pessoas saltam do passeio e vão para o



Câmara Municipal
de Oeiras

alcatrão, portanto à reclamações em todo o lado.-----

----- Acontece que a Câmara e o Executivo temos um programa eleitoral e eu peço muita desculpa, aí nós não respondemos perante os Vereadores da oposição nessa matéria, aí respondemos perante o eleitorado, portanto, se a Avenida Infante Dom Henrique ainda não está, nós cá estaremos para responder ao eleitorado, e para explicar por que é que não está.-----

----- Mais claro e mais transparente do que eu sou, não é possível.-----

----- A Avenida Vinte e Cinco de Abril, nós podemos arrancar já com a obra, mas não vamos arrancar, porque para o ano há eleições. E como para o ano há eleições, as pessoas só permeiam as obras depois de feitas, quando se estão a fazer, castigam. É assim que tem sido, castigam pelo incómodo que provocam, quando arrancar a obra da Avenida Vinte e Cinco de Abril vai ser o incómodo para os comerciantes, para as pessoas, etc., por muito cuidadoso que o empreiteiro seja, e vai dar muito mais reclamações do que o estado em que está agora, portanto, só em dois mil e vinte e seis é que arrancarão as obras da Avenida Vinte e Cinco de Abril, cujo projeto está concluído e é um projeto lindíssimo e os moradores sabem isso, porque o que estou a dizer aqui na Câmara, eu também o digo na rua e eles concordam comigo, dizem isso é bom, é melhor fazer no primeiro do ano do mandato, agora não, porque em cima das eleições, sem dúvida, que é castigado.-----

----- Obras é preciso fazer por todo o lado, elas não estão feitas, nós estamos a fazer a ciclovia de Vila Fria/Leceia, mas também temos que fazer a ciclovia de Queijas/Valejas, para mim vai ser das ciclovias mais bonitas do Concelho, mas que vai ser complicado, mas temos que a fazer, vai ser lindíssima, é um sítio onde eu gostava de andar de bicicleta, porque é sinuoso, é uma espécie de cobra em movimento, mas, precisamente por isso é um projeto delicado, porque dei orientações que não podem cortar os Freixos que lá estão, há uma quantidade de Freixos e têm que ficar, o que significa que a ciclovia tem que contornar o Freixo, ao contornar o Freixo precisa de fazer um desaterro maior, logo tem que levar um muro de suporte. Tudo isto, tem que

ter projeto. -----

-----A Avenida Infante Dom Henrique é um dos casos, quando ela se fizer, ou quando estiver para se fazer, a Câmara não deixará de informar os cidadãos que se vai fazer.-----

-----Provavelmente, o que tem que se fazer, enquanto não se faz uma obra de fundo, é meter uma lomba, uma lomba quebra molas, que resolve logo o problema.-----

----- - Temos um novo Governo. -----

-----Não deixa de ser curioso, só a Vereadora Susana Duarte é que falou disso, mais ninguém falou, nem a oposição falou do novo Governo. -----

-----Não somos uma ilha, somos um oásis, na realidade nós temos aqui em Oeiras “a case study”, mas precisamos do Governo. Nós precisamos do Governo como de pão para a boca e, portanto, eu não posso deixar de referir aqui que houve a posse do novo Governo, ontem, e não sei se se aperceberam o Governo saído das eleições legislativas, com uma maioria pequenina, mas com uma maioria e tomou posse ontem os Ministros e os Secretários de Estado vão tomar posse amanhã e eu estou com uma curiosidade enorme de saber quem são os Secretários de Estado, particularmente da Habitação.-----

-----Nós temos duas dimensões com o Governo. -----

-----Primeiro interessa que o Governo governe bem, é a razão, por que já tive oportunidade de, em nome do Município, felicitar o Senhor Primeiro-Ministro e, naturalmente idênticas felicitações seguirão para os Senhores Ministros e para os Senhores Secretários de Estado, logo que tomem posse e disponibilizar a nossa Câmara para aquilo que o Governo entender fazer, nós estaremos sempre disponíveis para tudo o que o Governo queira fazer de experiências piloto no nosso Município. -----

-----O Vereador Nuno Neto disse que esperava que este Governo, pelo menos, nos tratasse tão bem como o anterior, na parte da Habitação.-----

-----Há duas áreas que são fundamentais, uma delas a do património. Ainda há



Câmara Municipal
de Oeiras

património na posse do Estado para passar para a Câmara Municipal. -----

----- Estou-me a referir ao Forte das Maias por um lado, já não falo no Forte de São Julião de Barra, porque é residência do Ministro da Defesa e acho que eles gostam de dormir lá com o som das ondas, das marés, temos o Colégio Militar, o Lar Académico, onde há algumas coisas que nos interessam, designadamente um pavilhão desportivo que está abandonado, bastava-nos fazer um em Barcarena e aquele ali e ficávamos com mais dois pavilhões. A capela também nos interessa, porque é sempre um lugar de culto, um local de reflexão também e, portanto, interessamos a capela até pode fazer-se lá casamentos e batizados, da família militar, por exemplo, e depois está uma área que pode ser urbanizada e o Estado até pode fazer ali algum dinheiro, assim, conforme está, não pode ser, de maneira que nos interessa uma posição do Governo relativamente ao património, que para o Município é importante e, naturalmente em todas as políticas, na política de Habitação, na política da Educação, estamos à espera para ver o que vai acontecer, por exemplo, na construção dos equipamentos de novas escolas, creches, por aí fora.--

----- Há um campo enorme de relacionamento entre a Câmara e o Governo, mas é óbvio que, neste momento, a Habitação é fundamental e é importante conhecer o Projeto de Habitação deste Governo, eu ainda não conheço, mas o Presidente da República falou em habitação pública, o Primeiro-Ministro falou de habitação pública, agora vamos ver qual é, digamos assim, a densificação que fazem desta questão da habitação, mas, de qualquer maneira é fundamental desejar as maiores felicidades a este Governo e esperar que dure quatro anos. -----

----- Não há ninguém que lhe dê essa paridade, mas eu acredito que sim, acho que, às vezes faz-se das fraquezas força e, portanto, se o Governo tiver o mérito de dialogar com o Partido Socialista e é com o Partido Socialista que tem que dialogar, e se o Partido Socialista tiver a inteligência de dialogar com o PSD, porque as coisas são assim mesmo, com maioria, o País pode ter um período de estabilidade e é fundamental que se mantenham as condições desta alternância no poder, ora estás tu, ora estou eu, e chega.-----

-----Quer dizer que o CHEGA, chega para lá, e a alternância deve ser feita entre o PS e o PSD, e o PS e o PSD devem ter inteligência suficiente para impedir que o CHEGA algum dia chegue ao Governo, porque os partidos revolucionários e as pessoas acham que a revolução só está à esquerda, mas à direita também há partidos revolucionários, são todos perigosos, e, portanto, o CHEGA, como partido revolucionário que é, dá cabo do PSD se lhe derem oportunidade, mas essa é uma preocupação que o PSD deve ter, mas eu como cidadão também tenho. -----

-----Desejo as maiores felicidades ao novo Governo e com expectativa aguardamos a nomeação dos Secretários de Estado.”-----

16 - PROPOSTA Nº. 51/24 - DGO - AFIXAÇÃO DE MENSAGENS DE PROPAGANDA POLÍTICA E ELEITORAL NO CONCELHO DE OEIRAS: -----

-----I - O **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“Quanto à proposta cinquenta e um, eu já tinha dado orientações, aliás não perceberam, ela está a ser reformulada e é para ser retirada. -----

-----Está a ser reformulada porque vamos alargar o âmbito positivo daquela proposta. ----

-----Depois de vermos o artigo do Professor Vital Moreira a elogiar-nos por causa dessa proposta, eu achei que depois desse elogio ainda temos que fazer melhor e, por isso, vamos alargar um aspeto mais positivo daquela proposta, estabelecendo também quais são os lugares em que prioritariamente pode haver campanhas eleitorais, publicitárias, etc., vamos fazer uma espécie de discriminação positiva, ou seja, nestes sítios aqui, não é dizer só onde não se pode, vamos dizer também onde se pode e onde do ponto de vista da Câmara é prioritário, em breve iremos fazer essa opção, será outra proposta, esta sai.”-----

-----II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

17 - PROPOSTA Nº. 128/24 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO



Câmara Municipal
de Oeiras

PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À “REMODELAÇÃO DAS REDES DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS, NO CONCELHO DA AMADORA” - ANOS 2024 A 2027 - PD Nº. 17-SIMAS/2024:-----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

18 - PROPOSTA Nº. 295/24 - UPAG - MERCADITO SOLIDÁRIO BY HELPFULL - ISENÇÃO DE TAXAS:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte:-----

----- “Esta proposta vem no âmbito também daquilo que é o “OCV - Oeiras Community Valley”, que amavelmente nestas nossas trocas de muitos protocolos e de parcerias inter Vereações sugeriram a esta empresa, que queria fazer o Mercado Solidário, que falasse connosco e que visse a possibilidade de o fazer no Mercado de Oeiras e assim surgiu esta proposta que hoje aqui toma forma material.-----

----- O objetivo é que esta empresa consiga, não só fazer este mercadito, mas que seja um mercadito solidário, ou seja, que as receitas do mesmo sejam para estas instituições e, por isso, vir aqui o pedido de isenção de taxas, porque ao reverter para estas instituições faz todo o sentido que haja também aqui esta parceria com o Município.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Susana Duarte**, propor à Assembleia Municipal a autorização para isenção de taxas, as quais seriam as seguintes:-----

----- Espaço/hall situado entre o topo das escadas e a entrada para os WC - oitenta e dois metros quadrados vezes um euro e quarenta e cinco cêntimos igual a cento e dezoito euros e noventa cêntimos de taxa diária;-----

-----Espaço junto às janelas viradas a sul - quarenta e nove metros quadrados vezes um euro e quarenta e cinco cêntimos igual a setenta e um euros e cinco cêntimos de taxa diária; -----

-----Bancas (total sessenta e dois metros de frente) - sessenta e dois vezes um euro e quarenta e cinco cêntimos igual a oitenta e nove euros e noventa cêntimos de taxa diária; -----

-----Loja dois - sessenta e dois metros quadrados vezes um euro e quarenta e cinco cêntimos igual a oitenta e nove euros e noventa cêntimos de taxa diária; -----

-----Loja um - catorze metros quadrados vezes um euro e quarenta e cinco cêntimos igual a vinte euros e trinta cêntimos de taxa diária.-----

-----Considerando que o evento decorrerá durante dois dias ((cento e dezoito euros e noventa cêntimos mais setenta e um euros e cinco cêntimos mais oitenta e nove euros e noventa cêntimos mais oitenta e nove euros e noventa cêntimos mais vinte euros e trinta cêntimos) vezes dois) o valor total das taxas a isentar é igual a setecentos e oitenta euros e dez cêntimos.-----

-----Nos termos do artigo quadragésimo, número um, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas. -----

-----Após a votação saiu definitivamente a **Senhora Vereadora Susana Duarte**.-----

19 - PROPOSTA Nº. 299/24 - GMA - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024, DA TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.:-----

-----**I - O doutor João Dias - Presidente do Conselho de Administração da Tratolixo** fez a apresentação em PowerPoint, a qual fica inserida no Salão Nobre Digital. -----

-----**A Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte: -----

-----“Em primeiro lugar gostaria de agradecer. ao Administrador João Dias ter trazido aqui esta apresentação, os números e todo o trabalho que a Tratolixo tem vindo a fazer e que de facto é de saudar todo este trabalho para o aumento dos bio resíduos, a solução que foi encontrada que, de facto, é mais sustentável, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista económico e certamente é uma mais-valia para a empresa, a produção de energia verde, a



Câmara Municipal
de Oeiras

produção de composto, o aumento e também temos que dar os parabéns aos Serviços da Câmara deste aumento da recolha seletiva multimateriais, mas também aos nossos munícipes pelo esforço que estão a fazer, é importante continuarmos a incentivar e a ter campanhas que possam incentivar e sensibilizar os munícipes para a importância desta recolha, quer dos bio resíduos, quer da recolha seletiva multimateriais, para ver se conseguimos caminhar para aquilo que são os objetivos a nível nacional que temos todos que atingir. -----

----- Fiquei aqui com uma dúvida e é a pergunta que faço.-----

----- Está prevista a deposição então em destinos externos, mas o que é que acontece se não se encontrarem as soluções, ou melhor, se estes destinos externos, efetivamente, não tiverem disponibilidade para receber estes resíduos, o que é que acontece e qual é que é a solução e se isso está pensado, porque me parece que também é importante sabermos se existe aqui algum plano B para o caso de não conseguirmos encaminhar estas setenta mil toneladas para estes destinos externos. -----

----- Para já era isto que queria perguntar.”-----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** observou o seguinte: -----

----- “Gostaria de cumprimentar o Senhor Administrador, agradecer a exposição e a forma clara como foi feito, acho que é muito importante e foi muito útil, porque tirou-me algumas das dúvidas que eu trazia e conseguiu ajudar a sistematizar algumas questões que eu tinha. -----

----- Queria reiterar também esta dúvida, portanto, no orçamento para dois mil e vinte e três havia duas hipóteses em presença, que era ter um novo aterro ou fazer isto e fazer isto era o transporte a destinos externos, verifica-se que estamos a optar pela solução dos destinos externos, a minha questão é, se foi totalmente abandonada a hipótese de um novo aterro que será um destino externo, eventualmente, depende da distância a que ele seja colocado, mas se isso não é uma solução sempre em cima da mesa, dado que como sabemos muitos dos destinos externos, então se formos exportarmos os resíduos, não é uma solução que nos deixa dormir descansados,

porque há uma altura que, eventualmente, não controlamos o circuito desses resíduos todos, como bem sabemos, infelizmente, por aquilo que vamos vendo por aí e, portanto, seria mesmo importante voltarmos a pôr em cima da mesa a questão do tal aterro. -----

-----Queria dizer também que do ponto de vista dos indicadores não há indicadores neste relatório sobre os valores de referência que são colocados, portanto, aplicados ao desempenho da empresa, que eram referentes a dois mil e vinte e três e que nos permitiam avaliar o grau de adequação dos serviços e as suas boas práticas e neste relatório isso não aparece pelo menos não consegui encontrar. -----

-----De outro ponto de vista não me parece que será preciso fazer um esforço maior para aumentar a valorização energética associada aos resíduos, uma vez que o grau de deposição em aterro ainda parece superior àquilo que seria eventualmente possível do ponto de vista tecnológico, portanto, temos aqui outros serviços intermunicipais de resíduos que conseguem pôr apenas dois por cento dos resíduos e seria possível, eventualmente, trabalhar-se nesse sentido através da valorização energética, que eu acho que nunca é uma grande solução, estamos a falar da solução de recursos, aliás, não tem absolutamente nada a ver com este relatório, mas se há questão crítica para as alterações climáticas ao nível de mitigação, portanto redução de emissões é exatamente esta.-----

-----Esta é uma das frentes desta batalha, é se nós vamos conseguir reduzir o consumo de lixo. -----

-----O consumo do lixo já não é o vosso problema, vocês já recebem lixo, portanto, o consumo de lixo é uma situação que tem que ser tratada a montante, aí o Município de Oeiras pode fazer mais e melhor para que as pessoas produzam menos lixo, com mais sensibilização, mais informação, valorização de projetos de reutilização, etc., a ideia de não produzir lixo é crítica hoje, vocês já não então aí, já entram quando o lixo vos é entregue, mas, de facto, essa valorização, gostava de o ouvir sobre essa hipótese de ainda assim se reduzir o valor da entrega



Câmara Municipal
de Oeiras

no aterro, tendo por base as tecnologias que usam.” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Administrador muito obrigado pela apresentação que fez.-----

----- Importa aqui separar dois temas. -----

----- Em primeiro lugar, o posicionamento do Município e os dados que aqui nos apresentam relativa ao Município de Oeiras, que faz transparecer que as políticas seguidas ao longo dos últimos trinta anos e vejo aqui duas dessas protagonistas, a doutora Sílvia Breu mas também a doutora Zalinda Campilho, que, no âmbito do Serviço Educativo Ambiental, no âmbito de toda a programação que foi desenvolvida junto das escolas e junto dos munícipes nos últimos trinta anos, revela-se que afinal estávamos certos e temos aqui os resultados e os resultados são num total de resíduos abaixo da média nacional e numa seleção dos resíduos muito superior àquela que é feita nos outros Municípios e, portanto, importa aqui cumprimentar os Serviços de Ambiente pela política que tem seguido nos últimos anos e que nos trazem a estes resultados. -----

----- Questão diversa é, como dizia o Senhor Vereador Duarte da Mata, depois de produzido, o que fazer. -----

----- Gostava de perguntar, percebi que nos trouxe o panorama da AMTRES, ou dos Municípios que compõem a AMTRES, mas gostava de perceber que, sendo nós o produtor menor, Mafra penso que é mais pequeno que Oeiras, mas não somos, de certeza, o maior, que será Sintra, e gostava de perceber face a este problema que está aqui apresentado, qual é o posicionamento do Município de Sintra e se os outros Municípios já tomaram posição quanto a estes dados e quanto a este problema.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** argumentou o seguinte: -----

----- “Os Senhores Vereadores falam uma linguagem sofisticada sobre esta matéria que eu não consigo compreender, porque sou mais que ignorante sobre isto, mas, curiosamente, no

início desta reunião, por lapso, não referi a minha presença no Conselho Metropolitano, na segunda-feira, no Palácio de Queluz, em Sintra e, curiosamente, no Conselho Metropolitano este foi o tema fora da agenda, que foi discutido. -----

-----Perdoem-me por estar a responder pelo Senhor Administrador, mas, quando perguntam onde é que vamos depositar sem o aterro, em Oeiras, vamos depositar nas nossas lixeiras que havemos de criar.-----

-----Estou a dizer isto, não sei se estou a cometer algum erro, Senhor Presidente, mas, porque já me falaram das montanhas de lixo que estão a nascer na Margem Sul. -----

-----Portanto, quem está a receber não vai ter capacidade para receber.-----

-----Está tudo em pânico nos outros Municípios. Portanto, nós estamos aqui perante um elefante na sala, que não estamos a falar, que é a questão do aterro.-----

-----A questão é relativamente simples. -----

-----Os Senhores Vereadores andaram às voltas, às voltas, às voltas e a questão é muito simples.-----

-----Por que é que não foi feito o aterro?-----

-----É só essa a questão. -----

-----Há um compromisso. O aterro não foi feito, portanto, a Administração tem que dizer ao acionista, por que é que o aterro não foi feito e que esforços foram desenvolvidos para fazer o aterro, não tem que proteger ninguém, portanto, se há pedras a deitar, deita-se as pedras para que o órgão, Executivo do Município de Oeiras, saiba por que razão o aterro não foi feito e assim fica toda a gente a saber.”-----

-----O **doutor João Dias** explicou o seguinte: -----

-----“Vou começar pela última questão do aterro. -----

-----Como disse, a Administração, quando elaborou o plano quinquenal vinte e um - vinte e cinco, previa a construção do aterro.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Era isso que estava pressuposto e combinado com a Administração da TratoLixo em sede de reuniões dos acionistas, ou seja, era de prever que existisse o novo aterro. -----

----- Seria numa localização a encontrar com o Município de Sintra. -----

----- Infelizmente, não se conseguiu chegar a essa conclusão. As decisões foram sucessivamente adiadas. Não se chegou a lado nenhum e a verdade é que a disponibilidade do aterro, se calhar, nessa altura, aterro de exploração em Mafra, assim o permitia. -----

----- O Senhor Vice-Presidente refere e muito bem, e este é um ponto que é fundamental que todos percebamos. -----

~ ----- O aterro da parte da TratoLixo termina em dois mil e vinte e seis. A nível nacional termina em dois mil e vinte e sete. -----

----- Não há soluções. -----

----- Porque é que não há soluções?-----

----- Porque também com a negociação do PRR houve uma blindagem à emissão de novas licenças, novas autorizações, para construção de aterros, ou de novas infraestruturas de valorização energética, inclusiva e de ampliação, que é o que muito se fala por aí, é haver o licenciamento da quarta linha, de incineração na Valorsul e uma terceira linha de incineração na Lipor, porque só há duas centrais de valorização energética em Portugal, mas fiquemos esclarecidos do seguinte: mesmo que haja uma quarta linha de incineração na Valorsul, que é aquela que nos serve, primeiro, não temos tempo, porque a construção dessa quarta linha demora seis/sete anos, só em tempo, em projetos, em licenças e só a vencer autorização que é necessário de Bruxelas, porque isto não depende do Governo português, neste momento, não depende, ou melhor, depende, é abrir mão do PRR, é tão simples quanto isto, porque efetivamente temos uma capacidade excedentária de valorização energética a Norte da Europa. A Escandinávia, a Alemanha, a Inglaterra, que agora não faz parte da Comunidade Europeia, todos esses países que tinham um problema, efetivamente, e uma necessidade muito grande de valorização energética,

neste momento, tem uma capacidade excedentária, porque não têm material para pôr nessas centrais valorização energética.-----

-----Então olham para o Sul da Europa e veem Portugal, veem Espanha, veem Itália, aflitos onde pôr os seus resíduos e esfregam as mãozinhas, porquê? -----

-----Já agora respondendo ao Senhor Vereador Duarte da Mata, o custo de envio de cada tonelada para a Dinamarca, neste momento, são duzentos euros, agora, quando acabar a disponibilidade, que não é só em Portugal, a Espanha vai também terminar em dois mil e vinte e sete, a Itália já terminou há cinco ou seis anos, quando terminar de forma generalizada no Sul da Europa, o preço não vão ser duzentos, mais quinhentos ou seiscientos euros, a tonelada, e claro quem tem essa disponibilidade esfrega as mãos de contente, porque isso é um negócio.-----

-----Efetivamente o Senhor Vice-Presidente tem toda a razão. Isto é um tema político, uma questão política, mas que, neste momento, é muito difícil de resolver, por isso, o que é que fazemos caso não seja possível colocar estas setenta mil toneladas adicionais àquelas que já estão previstas?-- -----

-----Atenção a TratoLixo já tem previsto no seu plano quinquenal, de raiz, a deposição de quantitativos na Valorsul e na Resitejo. -----

-----São sistemas que aceitaram, de alguma forma, na ótica da partilha de instalações receber alguns quantitativos, o problema é que a Valorsul, entretanto, entrou em obras, que continuam e a Resitejo luta também com problemas técnicos -----

-----Por isso, nós não estamos a conseguir dar vazão e, por isso, é que no ano passado colocámos trezentas mil toneladas no aterro da Abrunheira.-----

-----Tão simples quanto isto.-----

-----Que alternativas é que a Administração está a procurar?-----

-----Não são só estas!-----

-----Estamos a estudar uma nova forma de compactação, para ganharmos quinhentas mil



Câmara Municipal
de Oeiras

toneladas adicionais, pode estar em cima da mesa propor a Mafra que admita a elevação da quota máxima do aterro, enfim, vamos estudar vários planos, o plano B, mas pode ser C, D, F e este é também um deles, mas todos eles têm custos, o único quantificável é este, para já, porque tudo o resto passa de vontade política, será que o Senhor Presidente Hélder e Mafra aceitará que se altere a quota? -----

----- Será que a Valorsul vai abrir as portas de repente? -----

----- Aquilo que a TratoLixo domina é isto. -----

----- Tudo fazer para que a recolha seletiva dos biorresíduos seja o mais próxima possível potencial máximo que temos, cinquenta e cinco por cento de setenta e três por cento de recolha indiferenciada, coloca-nos no seguinte patamar: trinta e três por cento de recolha indiferenciada, sessenta e seis ou sessenta e sete por cento de recolha seletiva, que tem uma outra vantagem. À semelhança do que aconteceu em dois mil e vinte e três para o Município de Oeiras, que teve um desagravamento da TGR no final do ano, efetivamente se chegarmos a esses números, todos os Municípios no sistema TratoLixo terão um desagravamento da TGR e não estamos a falar de coisa pouca, podemos estar a falar superior a cinquenta por cento de desagravamento, isto é um incentivo a que assim se faça, agora. Ainda assim vai ser necessário investir muito, investir muito na sensibilização e, por isso nunca é demais agradecer o trabalho que têm vindo a fazer e Oeiras tem estes números, porque, como disse o Senhor Vereador Nuno Neto, sem dúvida nenhuma, e eu sou um produto acabado disso mesmo, posso-lhe dizer. -----

----- Em mil novecentos e noventa e dois o Senhor Presidente Isaltino Morais foi à Escola Secundária Quinta do Marquês dar o pontapé de saída na campanha nacional da reciclagem. Eu era um dos alunos nessa escola. Eu assisti a isso. Na Quinta do Marquês, se forem procurar aos arquivos de certeza que está lá essa iniciativa, e hoje estou onde estou, por isso sim, vale a pena, é de continuar e os resultados estão à vista, trinta anos depois ainda continuamos a ver os resultados, mas não chega, não é suficiente, mas o caminho é este. -----

-----A questão da pegada carbónica, aliás, da mitigação que falou, eu há pouco não disse, em dois mil e vinte e três a Tratolixo por pressão do biogás evitou mais de cem mil toneladas de CO Dois, eu repito, cem mil toneladas de CO Dois, equivalente na atmosfera, com a ampliação da CDA e com as cento e vinte mil toneladas de resíduos tratados em atmosfera controlada e não no aterro, a emitir metano para a atmosfera iremos evitar cento e cinquenta mil toneladas de CO Dois na atmosfera. Não há paralelo. No País, não há paralelo e Oeiras faz parte desse resultado. -

-----De facto, o cenário não é favorável do ponto de vista físico. O Senhor Vice-Presidente disse, e bem, não havendo aterro, é verdade, não é favorável, mas acreditem, nós somos os que estão melhores, porque já estamos a fazer a recolha seletiva de bio resíduos em todo o território, os outros não, os outros estão a começar, os outros estão a pensar sequer o que é que hão de fazer e nós estamos a fazê-lo com aquilo que existe, nenhum dos nossos acionistas: Oeiras, Cascais, Mafra, Sintra foi confrontado com: “comprem mais carros, enterrem mais equipamento, metam mais equipamento de superfície e criem mais barreiras arquitetónicas às pessoas, mais ruído”, não, nada disso, disse: “utilizem o saco verde, que é colocado no indiferenciado, poupem água, poupem combustível, utilizem as mesmas rotas, utilizem os equipamentos”, isto é gestão pura e dura para que o impacto financeiro, aquele que acabámos de ver seja controlado e seja reduzido o máximo possível àquilo que nós não controlamos, ninguém controla e se todos nós tivermos empréstimo de habitação, sabemos o que é que aconteceu aos nossos empréstimos, ninguém controlava isso quando tomou a sua decisão de investimento.-----

-----A Tratolixo não é diferente e muito fizemos nós e aqui tem que ser dito, tivemos um forte apoio dos nossos acionistas, o Senhor Presidente liderou essa reunião, muito fizemos nós com a negociação com o Sindicato Bancário composto pelos quatro maiores bancos portugueses, que aceitaram reduzir no montante de três milhões de euros os seus proveitos.-----

-----O que temos que fazer, estamos a fazê-lo, mas continuamos a precisar das pessoas, isto é algo que nenhum de nós domina, nós não podemos bater à porta das pessoas e dizer: “Olhe



Câmara Municipal
de Oeiras

meta lá as coisas dentro do saco verde, infelizmente, isso é uma incógnita que não conseguimos controlar. - -----

----- De alguma forma, tentei responder de forma geral aquilo que me questionaram e está dito, Sintra.-----

----- Não disse tudo, o resto fica para o Senhor Presidente.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** acrescentou o seguinte:-----

----- “O Senhor Administrador, como é elegante e, provavelmente, não lhe cabe a ele dizer o tipo de coisas que nós podemos dizer, ou que devemos dizer, mas há coisas que têm que ser ditas aqui.- -----

----- Nós quando olhamos para estes números, estamos a ver o orçamento do Município de Oeiras a ser onerado pela TratoLixo, por algumas questões, que têm a ver com o passado, é o que é, mas esta questão do aterro custa dinheiro.-----

----- Agora, seriamente, se eu estivesse no lugar do Presidente Hélder e me viessem pedir para permitir que aumentasse a quota na estação em Mafra, por favor, contem-me outra.-----

----- Nós estamos metidos aqui, numa expressão como os brasileiros usam, que é uma saia justa. É uma situação complexa. Estamos metidos numa situação complexa por falta de responsabilidade sucessiva dos Presidentes da Câmara de Sintra.-----

----- Eu sei que Vossas Excelências não podem dizer, mas as pessoas sérias só têm uma palavra e as instituições cumprem com os compromissos.-----

----- O Município de Oeiras, eu estava aqui a confirmar com o Senhor Presidente recebeu o aterro de inertes em Laveiras, como nós conseguimos ver nesta apresentação, em Trajouce, há uma estação de tratamento, a estação da Abrunheira. E eu pergunto no território do Município, com maior área deste subsistema, o que é que foi feito?-----

----- Nada.-----

----- Este é o nosso problema.-----

-----Nós estamos aqui a comprovar, Senhores Vereadores, eu digo isto particularmente para a oposição, de discursos fáceis o mundo está cheio. Nós ouvimos muitas vezes alguns Presidentes de Câmara fazerem uns discursos redondos, politicamente corretos, engraçados, a falar do mercado, a falar da sustentabilidade e depois quando vamos ao limite, vemos que nem sequer os compromissos cumprem. -----

-----Nós estamos a onerar o nosso orçamento, pela falta de compromisso, que não é de agora, naturalmente que o Presidente Basílio Horta é o responsável por doze anos, mas vinha de trás. O Presidente Seara também esteve doze anos e não fez. A Presidente Edite Estrela também não fez e agora o Senhor Administrador mostrou-nos a parede e vamos bater contra uma parede, estamos prestes a bater contra uma parede e isto acontece, porque houve quem não tivesse cumprido o compromisso e isso está-nos a custar recursos ao Município de Oeiras, o que significa que são recursos dos nossos munícipes. -----

-----Isto tem que ser dito e as responsabilidades têm que ser atribuídas, por isso é que eu pedi para falar mais claro e disse que tínhamos que falar claro. -----

-----Esta é uma questão que nos diz respeito a todos, mas é bom que se saiba qual é que é a raiz do problema, senão nunca se sabe. De vez em quando diz-se, fica assim mais ou menos suspenso, mas isto tem que ser dito porque de uma vez por todas tem que acontecer.”-----

-----O **Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

-----“Esta é uma questão que sempre que vem aqui os Relatórios da TratoLixo faz-se uma breve incursão, cada um diz aquilo que entende e com frequência também nós dizemos que há de haver uma altura em que temos que fazer uma análise mais fina de tudo o que se passa na TratoLixo, de toda a evolução, etc., e agora é uma oportunidade até porque não era vulgar ser apresentado o Relatório, vir presencialmente o Administrador, julgo que é a primeira vez que um Administrador da TratoLixo está aqui. -----

-----Gostaria de fazer algumas considerações.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Em primeiro lugar, dizer-vos que a batata quente disto tudo irá ficar nas mãos do Município de Oeiras no próximo mandato, porque o Presidente do Conselho de Administração dois mil e vinte e cinco-dois mil e vinte e nove será indicado pelo Município de Oeiras, o que significa que, durante esses quatro anos, o que é natural, o Município de Oeiras terá que acompanhar mais de perto toda esta situação e, portanto, terá mais informação etc., porque a responsabilidade dos últimos anos tem sido mais ou menos por esta ordem: Mafra, Cascais, Sintra e Oeiras no próximo mandato. -----

----- Vamos apanhar a crise, será a Administração quando nós temos uma maior responsabilidade para ter que acompanhar este processo.-----

----- Por outro lado, eu devo dizer que dos Presidentes de Câmara em exercício o único que acompanha isto desde o princípio, porque o acompanha desde mil novecentos e oitenta e três, três anos antes de ter assumido funções na Câmara, em mil novecentos e oitenta e três já eu acompanhava o processo por via da Vereação da Câmara, eu na altura era Presidente da Comissão Política do PSD e uma das áreas que eu tinha, era justamente, na altura ainda não era TratoLixo, ela foi criada mais tarde. Começou com a AMTRES e a TratoLixo foi a empresa que foi criada justamente para dar execução ao plano então gizado. -----

----- Na altura eu tive oportunidade de viajar pela Europa toda. Estive na Alemanha, no Reino Unido, na Itália, na França, na Noruega a visitar estações de tratamento de resíduos.-----

----- E na altura, estávamos nós convencidos, claro que houve uma dimensão ideológica deste processo e juntaram-se as Câmaras PSD, que era Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra, todas lideradas pelo PSD. -----

----- Curiosamente, três ou quatro anos depois por volta de mil novecentos e oitenta e nove/noventa surgiu um novo movimento de Câmaras Municipais lideradas pelo Partido Comunista. Havia a estação de Chelas, em Lisboa, que deu origem à Valorsul, que agregou o Município de Lisboa e todos os Municípios daquela zona. -----

-----Portanto eu acompanhei este processo desde o início e das visitas que fiz ao estrangeiro, retirei sempre duas conclusões com as quais nunca estive de acordo. -----

-----Qual era então a doutrina dominante nos anos oitenta?-----

-----O lixo é o negócio do século. O lixo paga-se, é sustentável, é tratar o lixo, porque o lixo dá lucro, dá resultado, etc., e eu fazia as minhas contas, sem perceber nada daquilo, mas ia fazendo as contas e não havia maneira de dar lucro e chegava sempre à conclusão que dava prejuízo, porque tem que dar prejuízo, mas tentar gastar o menos possível.-----

-----Quando se fala em prejuízo, o que é o prejuízo?-----

-----O prejuízo é financeiro.-----

-----Qual é o benefício?-----

-----É social e ambiental.-----

-----Temos que pôr o prato na balança e ver qual é o benefício e qual o custo, etc..-----

-----Eu sempre entendi que o custo do tratamento do lixo deve ser suportado, tem que ser suportado, e, na altura, falava-se muito no princípio do poluidor-pagador, agora ninguém fala nisso, acabou, agora é a economia circular e ninguém fala no poluidor-pagador e a ideia que se vendia e que vendiam todos aqueles que tinham equipamento para vender, não é diferente de todos aqueles equipamentos para bombeiros, há carros para bombeiros de combate a incêndios, cada vez mais avançados, todos os anos saem novos modelos e autoescadas e por aí fora, todos os anos sai uma autoescada que tem um centímetro a mais de altura do que as outras, que é para vender e, portanto, também aqui era o último grito e Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra entenderam que deviam ter aqui o melhor sistema de tratamento de resíduos e, portanto, nada de incineração, portanto, absolutamente avançados, quando por essa Europa era incineração por todo o lado.-----

-----Centrais incineradoras a par da compostagem e nós aqui o que é ambientalmente correto e criou-se a TratoLixo.-----

-----Poucos Fundos Comunitários tivemos, devo dizer que, enquanto que a Valorsul



Câmara Municipal
de Oeiras

beneficiou de milhões de euros de Fundos Comunitários, a Tratulixo estava completamente marginalizada. -----

----- Enveredámos por este sistema e logo na altura, ficou assente que o primeiro aterro sanitário era em Trajouce, em Cascais. -----

----- Não pensem que as coisas foram fáceis, porque eu próprio Presidente da Câmara de Oeiras, tive que negociar com proprietários dos terrenos em Cascais, que não se entendiam com o Presidente da Câmara, na altura, o D'Argent e depois com o Judas. -----

----- Pelo mapa, vemos as áreas dos Concelhos. Olhem para o tamanho de Mafra, de Sintra, de Cascais e depois Oeiras. Oeiras tem quarenta e oito quilómetros quadrados, Cascais tem noventa metros quadrados, Sintra tem duzentos e setenta metros quadrados e Mafra tem duzentos e cinquenta metros quadrados, portanto, a relação é brutal, Sintra é praticamente seis vezes maior que Oeiras, mas ficou decidido que era em Trajouce e que depois seria em Sintra. ---

----- Isto no princípio dos anos noventa. -----

----- Acontece que, entretanto, é eleita para Sintra, a doutora Edite Estrela que nunca resolveu o problema do local do aterro, foi empurrando com a barriga. -----

----- Por outro lado, é uma coisa estranha, mas as atas da AMTRES nem sempre foram atas literais, porque o que eu estou a dizer aqui, estou à vontade para o dizer, disse-o várias vezes em Assembleias Gerais da AMTRES. -----

----- Acontece que a doutora Edite Estrela foi empurrando com a barriga. Depois veio o doutor Fernando Seara que fez exatamente a mesma coisa e foi durante o doutor Seara que se fez o aterro da Abrunheira. -----

----- Quando entra o doutor Basílio Horta, desde o princípio que o assunto era colocado, eu falava numa ata há vinte anos, que tinha ficado assente que era em Sintra. Ele renegou sempre isso, disse que não acontecia, a AMTRES também não apresentava ata nenhuma, mas a verdade é que o assunto era exposto e, ele também ia empurrando com a barriga dizendo que não havia

uma decisão.-----

-----Primeiro dizia que não havia uma decisão, de há um ano para cá, diz que está a terminar o mandato, não vai ser candidato e não tem condições políticas na Assembleia Municipal para aprovar um aterro em Sintra.-----

-----Este é um argumento.-----

-----É claro que ele nem sequer leva à Assembleia Municipal, nem a Câmara, quanto mais à Assembleia, portanto, na realidade o doutor Basílio Horta tem boicotado totalmente esta questão, o que criou algumas dificuldades no funcionamento da AMTRES, na medida em que se criou uma relação difícil, não entre mim, mas entre o doutor Basílio Horta e o doutor Carlos Carreiras, tive que pôr água na fervura algumas vezes face aos desentendimentos.”-----

-----Interrompeu o **Senhor Vice-Presidente:**-----

-----“Isto é para ficar em ata?”-----

-----Continuando o **Senhor Presidente:**-----

-----“Tudo o que eu digo é para a ata.-----

-----Isto não passa daqui, lamentavelmente, porque há coisas que eu estou aqui a dizer e que às vezes já está nos jornais.”-----

-----Interrompeu a **Senhora Vereadora Joana Baptista:**-----

-----“O que o Senhor Presidente está a dizer hoje, foi dito na primeira reunião de novembro de dois mil e vinte e três.”-----

-----Prosseguindo o **Senhor Presidente:**-----

-----“Eu não estou aqui a dizer novidade nenhuma, o que eu estou a dizer aqui disse-o na última Assembleia da AMTRES e realmente disse que era fundamental que o Secretário-Geral da AMTRES encontrasse a dita ata ou, se não encontrasse a ata estava dito ali, Sintra tinha que resolver o problema do próximo aterro sanitário.-----

----- Obviamente que, Mafra, a dada altura, perante a indefinição de Sintra, resolveu o



Câmara Municipal
de Oeiras

problema e eu também faria o mesmo, portanto, não censuro o Presidente da Câmara de Mafra, porque o Presidente da Câmara de Mafra disse que aceitava que o aterro fosse construído em Mafra, mas a TratoLixo tinha que construir determinadas infraestruturas, milhões de euros em infraestruturas, que de alguma forma a Câmara teria que pagar do seu orçamento e, portanto, a propósito do aterro foram realizadas infraestruturas para tratar o lixo em Mafra, ou seja, acabou por se dar a Mafra um benefício que ela entendeu que correspondia àquilo que eram os ónus que o aterro traria para Mafra.-----

----- Agora reparem bem a diferença que está ali, entretanto, Oeiras, porque não tinha território para o efeito, a dada altura estávamos a encerrar o aterro, mais lixeira do que aterro, era um aterro controlado, em Vila Fria e haviam umas pedreiras em Laveiras que foram utilizadas para a recolha de inertes, não havendo resíduos indiferenciados, só inertes, que esgotou também e acabou.-----

----- Agora confrontados com um outro problema, que é da necessidade de um outro aterro há para aí muitas teorias e na TratoLixo discutíamos isso, que há agora uns processos modernos, dizia o doutor João Teixeira, que há uns processos modernos de tratamento de resíduos e são processos que eu já ouvi falar deles há quarenta anos, mas apresentam como se fossem modernos e eu há trinta anos dizia que queria ver e nunca ninguém me mostrou, porque não há nada, é tudo conversa, é como a produção de hidrogénio, a produção de hidrogénio em Portugal já se produz há mais de vinte anos, em Torres Vedras há uma fabriqueta que fabrica hidrogénio em pipetas, coisas pequenas, mas não há produção industrial.-----

----- A Itália há mais de vinte anos que tem umas máquinas, tipo de contentor que produz hidrogénio, para alimentar um edifício como este. Uma máquina que não ocupa o buraco que está aqui, dá para produzir hidrogénio que alimenta este edifício.-----

----- Mas a verdade é que não tem ainda a dimensão industrial para produção em massa e, portanto, todas estas miraculosas, digamos, atividades relativas ao tratamento dos resíduos, eu

não consigo vê-las, na última conversa que tivemos com o anterior Presidente do Conselho da Administração, ele disse que sim, que havia, ficaram de marcar uma viagem à Dinamarca ou não sei onde, entretanto saiu e ainda estou à espera que marquem a viagem à Dinamarca.-----

-----Também tive uma conversa com o Ministro do Ambiente, o doutor Duarte Cordeiro, há coisa de um ano, juntamente com a Administração da Tratolixo e tive oportunidade de expor ao Ministro as minhas preocupações relativamente ao aterro. -----

-----Ele é contra a incineração, é contra a valorização energética, é mais pelo tratamento dos resíduos, mas não com queima, portanto, eu sou um defensor da queima, queima com valorização energética, naturalmente, e é uma coisa que me causa surpresa, porque por essa Europa fora, Espanha, França, Itália, qualquer Município mexeruco tem valorização energética, mas nós aqui não, nem valorizamos energética, pelos vistos nem aterros, querem que os aterros desapareçam e esta parece ser a doutrina da União Europeia.-----

-----O risco que corremos é que daqui a cinco ou seis anos, o País pode estar cheio de lixeiras. ---- -----

-----Ainda vão dizer volta Sócrates, porque realmente o Sócrates teve esse mérito, há que reconhecer que foi o Sócrates que criou condições para a instalação de uma quantidade de aterros um pouco por todo o País. -----

-----Esgotados estes aterros, é aquilo que nos foi aqui apresentado, portanto, se nos próximos seis/sete anos se não for resolvido o problema da necessidade, porque eu sou daqueles que acredito que o aterro vai fazer sempre falta. Por mais ou menos quantidade de resíduos, vai fazer sempre falta e depois corremos o risco, acham que faz algum sentido que Portugal pague à Noruega, um país muito mais avançado que nós, ou à Suécia, ou à Dinamarca, seiscentos euros para tratar uma tonelada de resíduos?-----

-----Por esse custo nem para resíduos perigosos até aí devíamos encontrar uma solução e o CIRVER - Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos,



Câmara Municipal
de Oeiras

em Benavente, em princípio deve responder a esses problemas, não sei como está a funcionar, não tenho ouvido falar do CIRVER, mas foi criado para resolver o problema dos resíduos industriais perigosos. -----

----- A doutora Edite Estrela empurrou com a barriga, o doutor Seara empurrou com a barriga, o doutor Basílio Horta empurrou com a barriga e, neste momento, estamos nesta situação, mais três ou quatro anos pode-se aumentar a quota mas esperemos que das próximas eleições apareçam mais três Presidentes de Câmara: Cascais, Sintra e Mafra, porque os três vão ser novos Presidentes de Câmara e que haja uma visão diferente para este problema, porque é óbvio que a questão do aterro é uma questão melindrosa, até porque há um certo preconceito em relação ao aterro, mas se o aterro funcionar bem e se for bem gerido, tem que ser explicado à população, se funcionar bem, se for bem gerido, não tem aqueles problemas que alguns já tiveram, recordo-me que em dois mil e dois, o aterro de Resioeste , o pivete notava-se a dez quilómetros de distância, porque não estava a ser gerido como deve ser, os resíduos até fermentavam e via-se o fermento à superfície, a água a ferver, as águas residuais, porque havia um sistema de osmose invertida que não funcionava e era aquele cheiro que bastava passar na estrada e sentia-se um cheiro nauseabundo tremendo.-----

----- Eu acho que há soluções, eu acredito que um aterro bem gerido, pode evitar muitos desses cheiros, agora, obviamente, que a população tem que ser muito bem sensibilizada para poder aceitar e acolher uma estrutura destas, por outro lado também interessa um sítio tanto mais isolado quanto possível, que possa ter um tratamento ambiental adequado, é possível que na Abrunheira, se calhar, não é só a cota, não sei se se pode alargar, se não pode, não conheço aquilo, fui lá uma vez, não me recordo bem, mas sei que estava num sítio relativamente isolado, à volta não tem nada e, portanto, pode ser que Mafra aceite a ampliação agora com o triplo dos benefícios que teve aquando da instalação deste, o dinheiro compra tudo, de facto, tem essa virtude, só serve para isso, , não serve para mais nada.-----

-----Eu não posso deixar de, nesta ocasião, lamentar, porque isto já raia um bocado a irresponsabilidade, porque um Presidente de Câmara tem que assumir as suas responsabilidades e, não se pode andar a chutar sempre e a empurrar com a barriga. -----

-----É muito difícil vocês aqui darem os elogios ao Administrador, merecidos, mas é muito difícil ser Administrador da TratoLixo nestas condições, porque, na realidade, à partida, são condicionados.-----

-----Há anos que ando a propor uma reflexão estratégica sobre esta matéria e ainda não consegui, nunca consegui ter com os diferentes Presidentes de Câmara mais do que um almoço, o máximo que conseguimos ter os quatro juntos, é sempre um almoço muito bom, porque qualquer dos Presidentes de Câmara, seja onde for, seja em Oeiras, seja em Cascais, seja em Sintra, seja em Mafra, a hospitalidade é uma característica fantástica e, portanto, o almoço é sempre bom e conversamos e terminou o almoço e cada um vai para a sua vida e ficou tudo na mesma. -----

-----Eu propus várias vezes fazer um dia inteiro, começar de manhã, terminar à noite, para refletir sobre tudo isto, ver quais são as soluções alternativas etc., eu acho que, se calhar, vamos ter que fazer um dia destes, mas agora só depois das eleições autárquicas, não tenhamos ilusões, porque não vai haver qualquer decisão. -----

-----Por outro lado, acho que estamos para aqui a criticar todos os Presidentes de Câmara de Sintra, mas a responsabilidade não é apenas deles, o Estado tem aqui uma responsabilidade enorme, os Governos também têm estado a empurrar com a barriga, porque os diferentes Ministros do Ambiente também têm conhecimento desta situação, porque todos eles foram informados, aliás, neste momento, é óbvio que só por preconceito, só por razões políticas, é que ainda existe a TratoLixo, na realidade, nós temos que chegar à conclusão que não há resolução para a TratoLixo, é um sacrifício que está a ser imposto a estes quatro Municípios, mas na realidade a TratoLixo devia estar integrada na Valorsul, isto é defendido há vinte e tal anos. -----

-----Há vinte e tal anos que a instalação de uma quarta linha na Valorsul e na altura era



Câmara Municipal
de Oeiras

um investimento de setenta/oitenta milhões de euros, agora não sei quanto é, mas, se calhar, é muito mais, cerca de cento e cinquenta, é o dobro. -----

----- A verdade é que o Governo, e vamos falar com os Ministros do Ambiente, já estivemos com vários, vamos falar com os Ministros do Ambiente e eles perdem-se na teoria, é aquilo que há pouco dizia o Vice-Presidente, todos têm bons princípios, todos dominam perfeitamente a retórica da sustentabilidade e das boas práticas ambientais, mas depois transpor isso para a realização, é complicado, ou para a tomada de uma decisão, porque é óbvio que o Governo já devia ter dito as quatro Municípios para se entenderem, resolverem o problema, mas têm que ter um aterro. -----

----- A verdade é que o Governo nunca disse nada, mas a verdade é que, quando a coisa estourar, não estoura só nas mãos dos Presidentes de Câmara, estoura também nas mãos do Governo.-- -----

----- Nós estamos a analisar isto com uma certa superficialidade em função do relatório que nos foi apresentado, mas esta questão é mais grave do que parece, corre-se o risco, reparam, é como tudo na vida, habitação, o que é que está a acontecer na habitação? -----

----- Está a acontecer que há determinadas casas, T Um e T Dois, que já têm lá dentro vinte pessoas. -----

----- Há dias assisti a uma reportagem na televisão, de um senhorio em que o jornalista telefonava para ele e dizia que queria alugar aí uma coisa e ele dizia: “mas você é português e eu só alugo a estrangeiros, porque os portugueses reclamam muito e querem recibo e eu não passo recibo”. --- -----

----- Como não há a resolução do problema da habitação rapidamente, obviamente que as pessoas têm que viver em algum lado e então quinze/vinte num T Um ou T Dois. -----

----- Com o lixo é a mesma coisa, não tenhamos ilusões, não se resolve o problema da deposição do lixo e vai aparecer lixeiras, como podem aparecer barracas, neste momento as

barracas não se estão ainda a construir propriamente, mas em alguns sítios já estão a aparecer barracas, mas se não forem barracas, são sobreocupação de espaços disponíveis e as tendas e por aí fora, muitos dos sem-abrigo que há em Lisboa já não são propriamente toxicodependentes, alcoólicos, ou problemas de saúde mental, são pessoas que não têm casa e que montam a tenda. -

-----Eu acho que vamos ter outra reunião, vamos ter outra conversa destas, esperemos, para quem cá estiver, em novembro de dois mil e vinte e cinco, antes disso está tudo na mesma como a lesma, em dois mil e vinte e cinco iremos, com certeza, discutir isto, porque não acredito que haja qualquer discussão desta problemática, no contexto atual das Câmara Municipais. -----

-----Foi um prazer tê-lo aqui connosco, ouvir a explicação entusiástica e acho que estão a fazer um bom trabalho, acho que a Administração da TratoLixo está a fazer aquilo que pode. Já houve alturas com mais hesitações do que agora e, portanto, quero felicitá-los, mas, na realidade para que a Administração da TratoLixo possa fazer um bom trabalho, tem que ter o apoio dos Municípios e, neste momento, os Municípios, reconheço não estão a ajudar nada, vamos ver o que é que acontece daqui a um ano.” -----

-----II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e quatro, da TratoLixo - Tratamento de Resíduos Sólidos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade da entidade participada. -----

-----Submeter à apreciação da Assembleia Municipal de Oeiras a proposta de deliberação e respetivos documentos anexos, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade empresarial local. -----

-----Nos termos das alíneas a) e b), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo quadragésimo, alíneas a), b) e c), do número um, do artigo quadragésimo



Câmara Municipal
de Oeiras

segundo e alínea j), do número seis, do artigo vigésimo quinto, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

20 - PROPOSTA Nº. 248/24 - DACTPH - PROJETO DE REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS NA ÁREA DA CULTURA - CONSULTA PÚBLICA:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** mencionou:-----

----- “Eu gostaria de dar os parabéns pela iniciativa de termos, finalmente, um regulamento de atribuição de apoios à cultura. -----

----- O Partido Socialista há muito tempo que fala na necessidade de termos este regulamento, já o temos, acho que é de saudar toda a equipa pela elaboração do mesmo.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o projeto do Regulamento de Concessão de Apoios Municipais na área da Cultura. -----

----- Publicar o projeto no Boletim Municipal e no “sítio” da Internet do Município, acompanhado da respetiva nota justificativa, para efeitos da realização de consulta pública pelo prazo de trinta dias. -----

----- Nos termos da alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos centésimo e centésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo. -----

21 - PROPOSTA Nº. 252/24 - GCAJ - RECURSO HIERÁRQUICO DA SANÇÃO DISCIPLINAR APLICADA NO PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 5/2021, ATRAVÉS DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SIMAS ADOTADA EM REUNIÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, rejeitar o recurso hierárquico impróprio da deliberação do Conselho de Administração dos SIMAS de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, que aplicou a sanção disciplinar de repreensão escrita, suspensão por seis meses, ao trabalhador visado no processo disciplinar número cinco, de dois mil e vinte e um, porque interposto fora do prazo previsto no artigo ducentésimo vigésimo quinto, número dois, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; ou, se assim não se entender.-----

-----Confirmar a deliberação do Conselho de Administração dos SIMAS de cinco de junho de dois mil e vinte e três, que se pronunciou sobre esse recurso, propondo que as Câmaras Municipais de Oeiras e Amadora mantenham o teor da decisão impugnada e, por conseguinte, a sanção disciplinar aplicada ao trabalhador visado, com fundamento nas razões de facto e de direito enunciadas no parecer.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea xx), do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Artigos centésimo nonagésimo terceiro a centésimo nonagésimo oitavo, do Código do Procedimento Administrativo, “ex vi” do número cinco, do artigo centésimo nonagésimo nono, do mesmo diploma.-----

-----Artigos primeiro, número dois, ducentésimo vigésimo quarto e ducentésimo vigésimo quinto, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.-----

22 - PROPOSTA N.º. 253/24 - DPU - ALTERAÇÃO OFICIOSA DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º. 3/1993 PARA ACOLHIMENTO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL "QUINTA DAS ACÁCIAS", EM CARNAXIDE:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do



Câmara Municipal
de Oeiras

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a presente Alteração Oficiosa ao Alvará de Loteamento número três, de mil novecentos e noventa e três, para acolhimento do Programa de Habitação Municipal "Quinta das Acácias", em Carnaxide: -----

----- Nos termos do número um, do artigo vigésimo sétimo e alínea a), número um, do artigo vigésimo terceiro, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro.-----

23 - PROPOSTA Nº. 254/24 - GCAJ - AQUISIÇÃO DO PRÉDIO RÚSTICO COM A ÁREA TOTAL DE 13.740 M2, SITO NA AVENIDA TOMÁS RIBEIRO E ESTRADA DO DESVIO, EM CARNAXIDE:-----

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse o seguinte:-----

----- “Não consigo perceber a urgência da aquisição do terreno, porque é um pedido de informação prévia que a Câmara pretende chumbar com base nos seus instrumentos de gestão territorial, não se percebe por que é que tem que adquirir o terreno que, na verdade, não tem capacidade construtiva, se quem tinha intenção de construir ali tem um instrumento de gestão territorial, que diz o contrário, não sendo possível, não percebo o que é que se ganha em estar agora a comprar, no momento certo logo se verá, não me parece que seja uma grande vantagem, teve que se estar a negociar, não me parece que faça sentido.”-----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “Eu já devo ter feito este despacho há muito tempo, porque não me recordo o que é isto.”-----

----- O **arquiteto Baptista Fernandes** esclareceu o seguinte:-----

----- “Não sei se é uma propriedade que está abrangida pelo futuro traçado da VLN, isto remonta já há alguns anos e se é esta propriedade ele apresentou uma pretensão que não era

compatível com os instrumentos de gestão territorial, não permitiam adequar a proposta que ele queria, inclusivamente demos-lhe conhecimento de que estava abrangido pelo futuro traçado da VLN e ele em resposta terá perguntado se então não faria sentido a Câmara adquirir a propriedade, avaliando para o efeito, e foi feito, a avaliação já tem para aí dois anos. -----

-----Entretanto, ele foi insistindo, a Câmara como já estava a desenvolver o projeto de execução do troço Carnaxide/Queijas, o Senhor Presidente terá determinado para se negociar esta propriedade, não me recordo de ter sido dado uma natureza urgente, mas foi o resultado de uma interação com um privado.” -----

-----O **Senhor Presidente** disse: -----

-----“Isto sai a um preço razoável, são treze mil metros quadrados, já me recordo disto.” -

-----Atalhando o **arquitecto Baptista Fernandes**: -----

-----“É uma estrada com desvio quando faz a derivação para a Quinta da Gandarela e para Queijas.” -- -----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Trinta euros o metro quadrado, estamos interessados em comprar todos estes terrenos a este preço.” -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** mencionou:-----

-----“Queria também deixar o reforço de que toda a justificação para a não construção percebe-se perfeitamente, é a estrutura ecológica, a Reserva Ecológica, não se pode construir, mas depois pode-se fazer lá uma estrada. -----

-----É para dar um bocadinho a entender que há vários corredores verdes que foram apresentados no PDM de dois mil e quinze, que são corredores verdes a prazo, eles têm um prazo de validade, porque muitos estão atravessados por rodovias que se vão construir, o nosso voto contra também é por aí.” -----

-----O **Senhor Presidente** disse: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “As estradas não se podem fazer pelo ar.” -----

----- Referindo o **arquiteto Baptista Fernandes**: -----

----- “Por acaso aqui tem um troço significativo em viaduto, mas é uma sobreposição, o Plano Diretor Municipal é um instrumento estratégico, tem um canal da via que só é adequado e pormenorizado na fase de estudo prévio e depois em projeto de execução que está sobreposto com aquela área.” -----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Também nem se pode fazer nova travessia do Tejo, porque o Rio Tejo é Reserva Ecológica Nacional.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, adquirir à Sociedade Agrícola e Abastecedora Sagrial, Limitada, o prédio rústico com a área total registada de treze mil setecentos e quarenta metros quadrados inscrito na matriz sob o artigo oitocentos e noventa e três, da secção trinta e seis, na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número quatro mil setecentos e dezasseis, pelo valor total de quatrocentos e quarenta e sete mil e cem euros. -----

----- A minuta do contrato de compra e venda a celebrar por escritura pública. -----

----- Nos termos do artigo sexto, número dois, alínea b), da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

----- Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio.-----

----- Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio. -----

----- Artigos primeiro, alínea a), terceiro, número dois, trigésimo primeiro, número um, alínea a) e vigésimo sexto, do Decreto Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete

de agosto.-----

-----Artigo quarto, número dois, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Decreto-Lei número cento e sete, dois mil e vinte e três, de dezassete de novembro.--

-----Artigos centésimo vigésimo quarto e centésimo vigésimo quinto, do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----Artigo décimo sexto, número quatro, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro.-----

24 - PROPOSTA N.º. 255/24 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAÇO DE ARCOS PARA A REALIZAÇÃO DA GALA DO X ENCONTRO DE COROS:-----

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** frisou o seguinte:-----

-----“Há aqui um conjunto de propostas que nós concordamos na generalidade e esta é uma delas, vou votar a favor, em relação a elas eu enviei atempadamente um email indicando algumas questões de documentação, esta vou votar a favor e vou entregar uma declaração escrita com essas indicações, que fique registado que faltava alguma documentação.”-----

-----O **Senhor Presidente** perguntou:-----

-----“São as declarações de não dívida à Segurança Social?”-----

-----Retorquindo o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“Não todas, tinha que ver uma a uma.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma



Câmara Municipal
de Oeiras

comparticipação financeira no valor de seis mil e trinta e nove euros e noventa e sete cêntimos, ao Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, para apoio à realização da Gala Décimo Encontro de Coros. - -----

----- O apoio do Gabinete de Comunicação e do Departamento de Gestão Organizacional-

----- -A designação de técnico da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa, como gestor deste contrato.-----

----- Na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, números um e dois, alíneas d) e e), e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigo sétimo, alínea c), da Lei número quarenta e seis, de oitenta e seis, de catorze de outubro. -----

----- Artigo quinto, número quatro, alínea c), do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte sete de outubro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

25 - PROPOSTA N.º. 256/24 - GCAJ - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA 2024 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS SOB GESTÃO DA OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E

DESPORTIVOS, E.M.: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a celebração de contrato-programa com a “Oeiras Viva, Empresa Municipal” e a atribuição de um subsídio à exploração dos equipamentos desportivos sob sua gestão, no valor de seiscentos e cinquenta e quatro mil trezentos e treze euros. -----

-----A minuta de contrato-programa, bem como a designação da doutora Teresa Maria Silva, do Gabinete de Acompanhamento das Entidades Participadas, como gestora do mesmo. ---

-----Submeter o presente contrato-programa à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Nos termos da alínea a), dos artigos quadragésimo quinto e quadragésimo sétimo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze. -----

-----Alínea n), do número um, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Número um, do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

-----Número um, do artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

26 - PROPOSTA Nº. 257/24 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIAR A REALIZAÇÃO DE ACAMPAMENTO EM KANDERSTEG - SUÍÇA PARA COMEMORAÇÃO DO 50º. ANIVERSÁRIO DO AGRUPAMENTO 626 DE LINDA-A-VELHA:--



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma participação financeira ao Agrupamento Seiscentos Vinte e Seis de Linda-a-Velha, no valor de quatro mil euros, destinada a apoiar a participação de todos os elementos do agrupamento, no Campo Escutista Internacional de Kandersteg - Suíça, entre os dias nove e dezoito de agosto de dois mil e vinte e quatro. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d), f) e h) e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do artigo centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, todos da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

27 - PROPOSTA Nº. 258/24 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDESAS, CENTRO SAGRADA FAMÍLIA DESTINADO A SUPORTAR AS DESPESAS DO PROJETO SALA ABERTA - GRUPOS APRENDER, BRINCAR, CRESCER - ANO LETIVO 2023/2024: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de participação financeira à Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas, Centro Sagrada Família, no valor de quinze mil euros, destinados a suportar as despesas decorrentes da execução do Projeto Sala Aberta - Grupos Aprender, Brincar, Crescer”, para o ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte um de fevereiro e sétimo, do Decreto-Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete março, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo, do Código do Procedimento e de Processo Tributário, e dos artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

28 - PROPOSTA Nº. 259/24 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIAR A REALIZAÇÃO DE ACAMPAMENTO, EM GRIÉBAL ESPANHA PARA A



Câmara Municipal
de Oeiras

COMEMORAÇÃO DO 50º. ANIVERSÁRIO DO AGRUPAMENTO 45 DE CAXIAS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira ao Agrupamento Quarenta e Cinco de Caxias, no valor de quatro mil euros, destinada a apoiar a participação de todos os elementos do agrupamento, em acampamento no Centro Escutista de Griébal - Espanha, entre os dias vinte e quatro e trinta e um de julho de dois mil e vinte e quatro-----

----- Nos termos das alíneas d) e f), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e nas alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte um de fevereiro, sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto, artigo trigésimo sétimo, número um, alínea f). -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, um, quarto, quinto, um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte sete de agosto. -----

29 - PROPOSTA Nº. 260/24 - DCA - PROGRAMAÇÃO REGULAR DE DANÇA ABRIL E MAIO 2024 - FIXAÇÃO DE PREÇO DE BILHETES: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, fixar o preço dos bilhetes, nos seguintes termos: ----

-----Espetáculo de Dança: -----

-----“Reviravoltas”, pela Companhia Nossas Danças e “Humano Dois Ponto Zero”, pela Companhia Kayser Ballet -| Plateia - sete euros e cinquenta cêntimos / Balcão - seis euros.-----

-----“Para lá do Mar de Sophia”, pelo Quórum Ballet e “Gala de Dança”, pelas escolas de dança do Concelho - Plateia - cinco euros / Balcão - três euros.-----

-----Que a receita produzida pela venda de bilhetes para os espetáculos acima referidos, reverta na totalidade para o Município de Oeiras. -----

-----Que a venda dos ingressos para os espetáculos decorra na totalidade dos postos municipais de bilhética - Posto de Turismo de Oeiras (Palácio Marquês de Pombal), Auditório Municipal Eunice Muñoz, Auditório Municipal Ruy de Carvalho, Palácio Anjos, Centro Cultural Palácio do Egipto e Museu da Pólvora Negra, bem como em todos os postos de venda da rede “Ticketline”. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e), e trigésimo terceiro, número um, alínea e), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

-----Artigos décimo quarto, alínea f), e vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Artigo quinto, número um, alínea b), do Decreto-Lei número vinte e dois, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

-----Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e catorze, de catorze de fevereiro. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

30 - PROPOSTA Nº. 261/24 - DRU - P.º. 04/DRU/2021 - HABITAÇÃO JOVEM - ATLÉTICO CLUBE DE PORTO SALVO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA EMPREITADA POR 61 DIAS - RATIFICAÇÃO DO ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o ato do Presidente da Câmara de vinte de março, exarado na informação INT-CMO/dois mil e vinte e quatro/cinco mil quatrocentos e dezasseis e, consequentemente: -----

----- A não aplicação de sanções relativamente ao não cumprimento do prazo.-----

----- A prorrogação da empreitada, de responsabilidade do empreiteiro, pelo prazo de sessenta e um dias, ou seja, até vinte e nove de maio de dois mil e vinte e quatro. -----

----- A minuta da adenda ao contrato número doze, de dois mil e vinte e dois, nos termos do despacho número quarenta e sete, de dois mil e vinte e dois.-----

----- Nos termos do número três, do artigo trigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo centésimo sexagésimo quarto, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

----- Alínea a), do número um, do artigo tricentésimo décimo primeiro, a alínea a), do artigo tricentésimo décimo segundo e artigo quadringentésimo quarto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Número dois, do artigo décimo terceiro, do Decreto-Lei número setenta e três, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto. -----

31 - PROPOSTA Nº. 262/24 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO, SITO NA RUA DR. OLIVEIRA MARTINS, Nº. 32, PISO 4.º. B, NO BAIRRO MOINHO DAS ROLAS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Dois, sito na Rua Doutor Oliveira Martins, número trinta e dois, Piso quarto B, no Bairro Moinho das Rolas. -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado, garantindo à posteriori, transferência do agregado para o novo empreendimento municipal que será construído no Casal do Deserto. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de cinquenta e oito euros e dezoito cêntimos, aferida de acordo com os rendimentos atualizados.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e sete, de dois mil e vinte e três, de dezassete de novembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto, em especial o artigo décimo sexto-A, número dois. -----

32 - PROPOSTA N.º. 263/24 - DGSB - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO DE OLIVEIRA, N.º. 5, R/C B, NO BAIRRO ALTO DOS BARRONHOS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois situada no Largo Idálio de Oliveira, número cinco, rés do chão B, no Bairro Alto dos Barronhos. -----

-----A renda mensal no valor de dez euros e dezanove cêntimos, calculada com base nos



Câmara Municipal
de Oeiras

rendimentos atualizados deste agregado. -----

----- A elaboração de contrato administrativo de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e sete, de dois mil e vinte e três, de dezassete de novembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

33 - PROPOSTA N.º. 264/24 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DA LIBERDADE, N.º. 18, 3.º. DT.º., NO BAIRRO ENCOSTA DA PORTELA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Dois, sito na Rua da Liberdade, número dezoito, terceiro direito, no Bairro Encosta da Portela, em Carnaxide, por motivo de transferência de habitação. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de nove euros e sessenta e um cêntimos, com entrada em vigor a um de maio de dois e vinte quatro e calculado de acordo com os rendimentos declarados pelo requerente. -----

----- A elaboração de aditamento ao contrato administrativo de arrendamento.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e sete, de dois mil e vinte e três, de dezassete de novembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

34 - PROPOSTA N.º. 265/24 - DGSH - TRANSFERÊNCIA PARA O FOGO SITO NA RUA DR.

VÍTOR SÁ MACHADO, N.º. 12, 1.º. ESQ.º., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a transferência para o fogo T Um, sito na Rua Doutor Vítor Sá Machado, número doze, primeiro esquerdo, no Bairro Páteo dos Cavaleiros. -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de dez euros e dezanove cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados do agregado familiar. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e sete, de dois mil e vinte e três, de dezassete de novembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

35 - PROPOSTA N.º. 266/24 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, N.º. 2, CV DTA., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Quatro, sito na Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, número dois, cave direita, no Bairro Páteo dos Cavaleiros. -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de cento e vinte e seis euros e noventa e dois



Câmara Municipal
de Oeiras

cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados do agregado familiar. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e sete, de dois mil e vinte e três, de dezassete de novembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

36 - PROPOSTA Nº. 267/24 - UDPH - RECONHECIMENTO DE ESTABELECIMENTO DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL LOCAL DA LIVRARIA E PAPELARIA ESPAÇO, LOCALIZADA EM ALGÉS: -----

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** mencionou o seguinte: -----

----- “Serve para saudar a intervenção deste espaço antes e depois do Vinte e Cinco de Abril. -----

----- No fundo, vou levantar aqui também uma questão. -----

----- A legislação permite fazer este tipo de reconhecimento das lojas, era também um desafio que se pudesse lançar esse programa do ponto de vista do Município, porque há Municípios que já o fazem e neste caso até foram tentar fazer em Lisboa, como se diz, porque em Algés as pessoas estão de um lado e estão do outro e foram a Lisboa tentar obter este reconhecimento, mas eu também já vi que aqui em Oeiras a ACECOA criou este selo, há algumas lojas aqui no Concelho que têm o selo de lojas com história, dados pela ACECOA, se calhar, para clarificar, valia a pena a Câmara assumir aqui um programa nesta área.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse: -----

----- “São coisas distintas.”-----

----- Voltando o **Senhor Vereador Duarte da Mata:** -----

----- “A ACECOA toma uma posição corporativa e de valorização, mas do ponto de vista do cumprimento desta legislação valia a pena a Câmara ter um programa para que as pessoas

viesses junto da Câmara, por isso, podia fazer-se um regulamento e atribuir estes selos.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Admito que sim, mas são coisas distintas, uma coisa é o reconhecimento da ACECOA, outra coisa é o reconhecimento histórico e cultural por parte do Município, que também é diferente do reconhecimento das lojas com interesse histórico ou históricas, são coisas distintas, no entanto, é uma reflexão que deve ser feita, podemos pensar nisso.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a promoção da consulta pública por um período de vinte dias úteis da proposta do projeto de “Reconhecimento de estabelecimento de interesse histórico e cultural local” da Livraria e Papelaria Espaço, localizada na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, número cinquenta e um-B, mil quatrocentos e noventa e cinco-zero trinta e nove Algés, no Boletim Municipal e no sítio da Internet do Município, acompanhado da respetiva nota justificativa.-----

-----Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigo vigésimo terceiro, número um, alínea e), artigo trigésimo terceiro, número um, alínea u).--

-----Lei número quarenta e dois, de dois mil e dezassete, de catorze de junho. -----

37 - PROPOSTA Nº. 268/24 - DE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAÇO DE ARCOS PARA VIAGENS A REALIZAR À ISLÂNDIA E À ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DO MARQUÊS, PAR A VIAGEM A LONDRES:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador Duarte



Câmara Municipal
de Oeiras

da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição do montante de seis mil e seiscentos euros, ao Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, para compartilhar a viagem à Islândia, a realizar por quarenta e oito alunos, entre vinte e cinco e vinte e nove de março. -----

----- A atribuição do montante de cinco mil quinhentos e catorze euros e cinquenta cêntimos, à Escola Secundária Quinta do Marquês, para compartilhar a viagem a Londres, a realizar por oitenta e dois alunos, entre quinze e dezoito de março. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. - -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

38 - PROPOSTA Nº. 269/24 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO ABRIGO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O “CLUSTER” DAS INDÚSTRIAS DA AERONÁUTICA, DO ESPAÇO E DA DEFESA - AED DAYS 2024: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma participação financeira no valor de noventa e três mil seiscientos e cinquenta e cinco euros, à Associação Portuguesa para o “Cluster” das Indústrias da Aeronáutica, do Espaço e da Defesa (AEDCP) para a realização dos AED Days dois mil e vinte e quatro. -----

-----A isenção de preço referente a utilização do Auditório e da sala polivalente “Camões”, do Templo da Poesia, no valor de mil e cinquenta euros, mais IVA. -----

-----A designação de Alexandra Vasconcelos, do Gabinete de Ciência e Inovação, como gestor/a deste contrato.-----

-----Na eventualidade de o apoio financeiro atribuído não ser executado na totalidade e havendo necessidade de redução do respetivo cabimento, o Gabinete de Ciência e Inovação informará o Departamento de Finanças e Património sobre o exato montante a reduzir. -----

-----Nos termos das alíneas o), u) e ff), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Alínea a), do número um, do artigo trigésimo nono, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto,



Câmara Municipal
de Oeiras

regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

----- Artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos.-----

39 - PROPOSTA N.º. 270/24 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DO CATÁLOGO DE JOÃO ABEL MANTA LIVRE:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a fixação do preço unitário de venda ao público do Catálogo da Exposição “João Abel Manta Livre”, a realizar no Palácio Anjos, no valor de trinta e cinco euros.-----

----- Que a receita gerada pela venda do catálogo ao público reverta na totalidade para o Município de Oeiras.-----

----- A atribuição a título gratuito do Catálogo da Exposição “João Abel Manta Livre”:-----

----- - Cinquenta catálogos para a Família de João Abel Manta;-----

----- - Oito para o curador Pedro Marques;-----

----- - Oito para o Atelier Silva Designers;-----

----- - Dois para o fotógrafo do catálogo, Jorge Silva;-----

----- - Quatro para cada colecionador e instituições que emprestaram obras, num total de vinte e oito;-----

----- - Três para cada autor de textos para o catálogo, num total de vinte e um;-----

----- - Oitenta catálogos para ofertas institucionais do Município;-----

----- - Dez catálogos para o Gabinete de Comunicação;-----

----- - Nove catálogos para as bibliotecas Municipais de Oeiras;-----

----- - Sete catálogos para a equipa do Palácio Anjos;-----

----- - Dois catálogos para consulta no Palácio Anjos; -----

----- - Poderão ainda serem oferecidos catálogos, desde que solicitados e autorizados superiormente, para o Executivo, eventos ou outros. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, números um e dois, alínea e), e trigésimo terceiro, número um, alínea e), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo quarto, número um, alínea f), e vigésimo primeiro, números um e dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigo nono, número treze, do Código do CIVA. -----

40 - PROPOSTA N. 271/24 - UPAG - PROCEDIMENTO CONCURSAL Nº. 575/2023 PARA ATRIBUIÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DE DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO NAS PRAIAS DA TORRE, DE SANTO AMARO (JUNTO À RIBEIRA DA LAJE) E DE SANTO AMARO (TÚNEL DO MEIO), NA FREGUESIA DE OEIRAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição de licença de utilização privativa de domínio público hídrico para instalação e exploração sazonal de apoios de praia e equipamentos flutuantes, para um máximo de dez épocas balneares consecutivas, nas seguintes praias:-----

----- Praia da Torre;-----

----- Praia de Santo Amaro (junto à ribeira da Laje);-----

----- Praia de Santo Amaro (junto ao túnel do meio); -----

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----Nos termos da Lei número cinquenta e oito, de dois mil e cinco, de vinte e nove de



Câmara Municipal
de Oeiras

dezembro. -----
----- Lei número cinquenta e quatro, de dois mil e cinco, de quinze de novembro.-----
----- Decreto-Lei número duzentos e vinte e seis-A, de dois mil e sete, de trinta e um de maio. -----
----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----
----- Alínea a), do número três, do artigo terceiro e do artigo quinto, do Decreto-Lei número noventa e sete, de dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro. -----
----- Alínea a), do número dois, do artigo décimo nono, da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----
----- Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas (RPATOR) do Município de Oeiras. -----
----- Alínea a), do número três, do artigo terceiro e do artigo quinto, do Decreto-Lei número noventa e sete, de dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro. -----
----- Após a votação saiu definitivamente o **Senhor Vice-Presidente**.-----
41 - PROPOSTA Nº. 272/24 - DDPE - CRIAÇÃO DO PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA OS MELHORES ALUNOS FINALISTAS DO ENSINO SECUNDÁRIO: -----
----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu: -----
----- “Este prémio é positivo, a nossa sugestão seria até na senda de outras bolsas que já houve, tentar simplificar e clarificar, em vez de colocarmos a tabela das escolas, correndo o risco de algumas não estarem cá, porque não estão todas, era preciso clarificar, tirar esse aspeto e depois evitar qualquer fator subjetivo, depreendo que a única coisa que conta é a nota do décimo segundo ano, pura e simples, mas há outros critérios, alguns são os que as escolas entenderem, eu acho que isso não é bom, julgo que nós devíamos atribuir estas deslocações com base em critérios objetivos, concretos, é a nota, mas quais são os outros?-----
----- Então se são outros, devia de haver um regulamento e todos sabíamos quais eram

esses critérios, porque quem perder, pode-se sentir injustiçado e a Câmara aprovou uma coisa que diz: “os que a escola entender por bem”.-----

-----Por fim, fala-se aqui de um protocolo que eu não sei se foi neste mandato, se veio de trás, nós não conhecíamos este protocolo, afinal é de dois mil e dezoito, não conhecíamos o protocolo, mas se houver oportunidade de nos fazer chegar o protocolo agradeceríamos.-----

-----Há mais uma última dúvida, que tem a ver com o facto dos SIMAS assegurarem os voos, a Câmara e os SIMAS asseguram os voos, não me parece também uma atividade dos SIMAS, o bom era que os SIMAS assegurassem mas era as GOP e não os voos, parece-me uma atividade que não se percebe. -----

-----Isto tem alguma coisa a ver com a água diretamente?” -----

-----Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Tem, propaganda aos SIMAS, chamar a atenção das pessoas para a importância que os SIMAS têm também nas suas vidas e que também têm responsabilidade social, é também uma forma de dar visibilidade aos SIMAS, é um favor que a Câmara Municipal faz aos SIMAS enquanto organização municipal, porque as pessoas às vezes esquecem-se que os SIMAS são um serviço municipal, os SIMAS, a Parques Tejo ou a Oeiras Viva, são todos organismos do Município.”-----

-----Mencionando o **Senhor Vereador Duarte da Mata**: -----

-----“Têm que dar contrapartidas na área do seu contexto, são atividades reguladas, mas parece-me um bocadinho pouco.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Nós consideramos há muitos anos, há mais de vinte, que para haver uma participação na educação através destas bolsas é fundamental para os SIMAS, para a sua visibilidade.”-----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Propus estas alterações e a simplificação da anulação dos critérios de que as escolas possam pôr outros critérios para além da nota, que sejam critérios simples, é a melhor nota e não outros critérios que as escolas entendam, nós não sabemos quais são.” -----

----- Interrompendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Aí estou de acordo com o Senhor Vereador, eu até li esta proposta e fui eu que tomei a iniciativa de dizer que deixávamos de dar os computadores e passávamos a dar uma viagem e, por acaso, vi lá os critérios da escola, mas não dei muita importância, porque parto do princípio que as escolas também têm bom senso, portanto, deve ser algum critério relativo ao comportamento do aluno.”-----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** esclareceu:-----

----- “Esse tem sido um tema recorrente todos os anos a cada ano que são identificados os melhores alunos finalistas do ensino secundário pelas escolas e são indicados e formalmente fundamentados por que é que são indicados aqueles pelos respetivos agrupamentos de escolas. ---

----- As razões pelas quais são indicados à parte da nota, da média final do ensino secundário, nem sempre são os mesmos e isso tem que ver com o projeto de cada agrupamento de escolas, eu vou dar um exemplo, mas antes do exemplo, só clarificar o que está aqui.-----

----- O que está aqui é o racional que presidiu a isso, o que está aqui é o seguinte: -----

----- - Critério A, a classificação média final do décimo segundo ano; -----

----- - Critério B, a participação em atividades que se integram no domínio do complemento curricular, outras atividades no domínio curricular dos alunos e critério;-----

----- - Critério C, outros que a escola entenda deverem integrar a seleção do melhor aluno.-----

----- O Senhor Vereador diz que é ambíguo e tem toda a razão.-----

----- O que presidiu a este terceiro critério é o racional de que, primeiro o ambiente escolar, as atividades escolares e as oportunidades de participação e de envolvimento nas

atividades não são os mesmos em todos os agrupamentos e nós temos sentido isso na fundamentação que todos os anos cada Diretor de Agrupamento envia para justificar por que é que indica aqueles alunos e não indica outros. -----

-----Por outro lado, também não nos quisemos substituir às escolas e dar aqui alguma latitude e alguma liberdade discricionária às escolas nesse processo, porque ninguém conhece melhor os alunos do que as escolas e os professores, aqueles professores daquela escola secundária são quem melhor conhece os alunos e estamos a falar de coisas, e vou dar vários exemplos, como seja alunos que assumem o papel de liderança na Associação de Estudantes e têm uma intervenção muito ativa na participação e no apoio às atividades da escola, alunos que representam os estudantes no Conselho Geral e adquirem notoriedade pela representação dos estudantes no Conselho Geral, alunos que criam projetos de voluntariado com os colegas na comunidade.”-----

-----Questionando o **Senhor Presidente**:-----

-----“E qual é o peso desses critérios sobre o critério da Câmara?”-----

-----Dizendo o **Senhor Vereador Pedro Patacho**:-----

-----“Essa questão é definida pela escola.”-----

-----Referindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Um aluno de vinte pode ser ultrapassado por um de dezassete.”-----

-----Dizendo o **Senhor Vereador Pedro Patacho**:-----

-----“Não, porque os alunos com média inferior a dezoito e meio, nunca foram elegíveis para o prémio, é um critério diferenciador com médias acima dos dezoito e meio valores, talvez seja diferenciador para alunos com a mesma nota, mas a proposta pode não ser votada, podemos clarificar isto e votar na próxima reunião.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

-----“Talvez densificar um bocadinho melhor o assunto, estou de acordo, é melhor adiar



Câmara Municipal
de Oeiras

para a próxima reunião.” -----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

42 - PROPOSTA Nº. 273/24 - UDPH - ATRIBUIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO “A CLANDESTINA” - PRODUÇÃO DOCUMENTÁRIO FILMADO “AQUELES QUE FICARAM (EM TODA A PARTE TODO O MUNDO TEM)”:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de participação financeira à “Associação A Clandestina”, no valor de dois mil e quinhentos euros, verba correspondente a seis por cento do valor total do documentário, orçado em quarenta e um mil quinhentos e oitenta euros. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e), e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

----- Artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, da Lei número oitenta e nove, de dois e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

43 - PROPOSTA Nº. 274/24 - UDPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO À 3ª. EDIÇÃO DA PEREGRINAÇÃO DO CÍRIO DE OEIRAS AO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA ATALAIA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Fábrica da Igreja Paroquial de São Julião da Barra/Unidade Pastoral Nova Oeiras e São Julião da Barra, no valor de sete mil euros, destinada a apoiar a terceira edição da Peregrinação do Círio de Oeiras ao Santuário de Nossa Senhora da Atalaia a realizar dia um de junho.-----

-----A designação da doutora Isabel Macedo, da Unidade de Dinamização do Património Histórico, como gestor/a deste contrato.-----

-----Na eventualidade de o apoio financeiro atribuído não ser executado na totalidade e havendo necessidade de redução do respetivo cabimento, a Unidade de Dinamização do Património Histórico informará o Departamento de Finanças e Património sobre o exato montante a reduzir. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e), e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte de fevereiro, e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

-----Artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e centésimo septuagésimo



Câmara Municipal
de Oeiras

sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, e regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

44 - PROPOSTA N.º 275/24 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADES PARCEIRAS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira, no montante global de sessenta mil euros, às seguintes entidades: ----

----- Entidades - Montante:-----

----- Apoio - quinze mil euros;-----

----- Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide - vinte mil euros;-----

----- Núcleo de Instrução e Beneficência - dez mil euros;-----

----- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo - quinze mil euros.-----

----- O compromisso do Município em:-----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba; -----

----- A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de

fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um, de agosto.-----

45 - PROPOSTA Nº. 276/24 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES, PARA CONTINUIDADE DO PROJETO BAIRRO FELIZ 2024:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores com vista a apoiar a continuidade do Projeto Bairro Feliz, no valor de vinte mil novecentos e noventa e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos. -- -----

-----A minuta de contrato de comparticipação financeira.-----

-----A designação da técnica superior da DCS, Cristina Ribeiro, como gestora do contrato. --- -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um



Câmara Municipal
de Oeiras

de junho.-- -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.- -----

46 - PROPOSTA Nº. 277/24 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ALZHEIMER PORTUGAL- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMILIARES E AMIGOS DE DOENTES DE ALZHEIMER PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO GABINETE CUIDAR MELHOR DE OEIRAS, NO ANO DE 2024:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Alzheimer Portugal- Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer, no valor de vinte e dois mil oitocentos e treze euros, para apoio ao funcionamento do Gabinete Cuidar Melhor de Oeiras, no ano de dois mil e vinte e quatro.-----

----- Na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade, e havendo necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

-----Nos termos das alíneas d), g) e h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o), u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, conjugados com o artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

47 - PROPOSTA Nº. 278/24 - UGPS - REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:-

-----I - O Senhor Vereador Duarte da Mata mencionou o seguinte: -----

-----“Queria colocar uma questão, porque isto surge no seguimento da extinção da Comissão anterior e tinha sido dito que seria estudada a hipótese da Assembleia Municipal continuar a poder acompanhar, porque tinha sido considerado positiva a participação, que estaria dependente de um parecer jurídico e era para saber se esse parecer jurídico não permitiu ou qual foi a decisão para que a Assembleia Municipal não tenha assento neste Conselho.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** frisou:-----

----- “Na altura em que se iniciou este processo de constituição deste Conselho, o Partido Socialista tinha feito uma proposta de inclusão de um membro por cada força política neste novo Conselho Municipal de Saúde.-----

----- A Vereador Teresa Bacelar falou comigo e explicou-me as razões, dentro deste Conselho, seria sem direito a voto, porque a lei prevê e permite a inclusão de pessoas que se considera de interesse.-----

----- Nós percebemos as razões de não incluir um elemento por cada força política, mas talvez fosse útil então nomear um representante da Assembleia Municipal, também sem direito a voto, que pudesse fazer a ponte com a Assembleia Municipal, tendo em conta que todos eles tinham assento na Comissão anterior, esta extingue-se, deixam de ter ligação a este Órgão, por isso, esta era a proposta que nós faríamos.”-----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** aludiu:-----

----- “O que foi referido pelo Gabinete Jurídico é que, de acordo com a lei, não estava prevista a presença de partidos políticos, uma vez que este Conselho é muito mais pequeno e se entrassem membros dos partidos políticos ficavam muito mais pessoas que nada teriam a ver com saúde do que, propriamente, pessoas da área da saúde, e o representante da Assembleia Municipal já está, está representado no Presidente da Assembleia Municipal, que poderá transmitir na Assembleia Municipal, a todos os grupos políticos, o que se passa.-----

----- Na altura, até conversámos e eu levei a proposta do Partido Socialista ao Senhor Presidente para que tivessem assento todos os representantes dos partidos e o Senhor Presidente achou que se deveria cumprir a lei, conforme o parecer do Gabinete Jurídico.-----

----- A Vereadora Ana Filipa Laborinho ficou de falar, entretanto com o Senhor Presidente, que não falou, estamos agora a votar o Regimento do Conselho Municipal de Saúde.”

----- O **Senhor Presidente** perguntou:-----

-----“Está a Presidente da Assembleia Municipal?”-----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** respondeu:-----

-----“Está.”-----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** disse:-----

-----“Não me custa aceitar que, à semelhança do que acontece com outros órgãos, em que a Assembleia Municipal designa um representante, por exemplo, para os Congressos da Associação Nacional de Municípios, que possa haver um representante designado pela Assembleia Municipal.-----

-----Agora, representantes de grupos políticos, não, porque isto não é um fórum político, adulteramos tudo, porque já no Conselho Municipal de Segurança a dada altura, havia deputados municipais que transportavam para lá as discussões da Assembleia Municipal, não faz sentido, a Assembleia Municipal é a Assembleia Municipal e, portanto, a política faz-se na Assembleia Municipal.------

-----O Conselho Municipal é consultivo e é consultivo da Câmara Municipal, não são os deputados municipais que saem da Assembleia que vão para o Conselho Municipal de Saúde, para fazer consulta ao Presidente da Câmara ou à Câmara Municipal na área da saúde, não faz sentido. ---------

-----Admito, que além da Presidente da Assembleia Municipal, possa haver um representante.”-----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** disse:-----

-----“Já há um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

-----“Já está um, que é designado por eles?”-----

-----Dizendo a **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**:-----

-----“É eleito na Assembleia Municipal.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Tudo bem, não vejo nenhum problema, nessa altura, estamos a falar de um total de três pessoas da Assembleia Municipal, é acrescentar um designado pela Assembleia Municipal.”

----- Acrescentando a **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**:-----

----- “Este Conselho tem oito pessoas.” -----

----- Referindo o **Senhor Presidente**: -----

----- “É curto, e são mais três políticos que transportam para lá o debate político, percebem de saúde tanto como eu, não vão dar conselho nenhum, mas tudo bem, se estiverem de acordo, acrescenta-se um elemento a designar pela Assembleia Municipal.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, submeter o Regimento do Conselho Municipal de Saúde à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Mais foi deliberado acrescentar um elemento a designar pela Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o artigo vigésimo terceiro, número dois, alínea g), artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas k) e cc).

48 - PROPOSTA Nº. 279/24 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 9ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta

subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de vinte de março de dois mil e vinte e quatro, aposto na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e quatro/cinco mil setecentos e cinquenta e cinco, referente à nona alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e quatro, no valor movimentado de duzentos e setenta e sete mil seiscentos e vinte e quatro euros e vinte e três cêntimos, na despesa. -----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro e artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

49 - PROPOSTA Nº. 280/24 - UBEAFS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO INSTITUTO ZOÓFILO QUINTA CARBONE - ASSOCIAÇÃO PARA O ANO DE 2024: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira no valor de sete mil e oitocentos euros, ao Instituto Zoófilo Quinta Carbone, para o ano de dois mil e vinte e quatro. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea k) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março,



Câmara Municipal
de Oeiras

artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e dois mil e quinze, de dois de julho.-----

----- Decreto-Lei número cento oitenta e quatro, de dois e mil e nove, de oito de agosto.---

----- Artigo centésimo e septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

50 - PROPOSTA Nº. 281/24 - DPCHM - Pº. Nº. 41DCH2023 - “NPH/12 - PROGRAMA HABITACIONAL DA TERRA DO MOINHO - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE 17 FOGOS, EM PORTO SALVO - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO: --

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o relatório final do júri e proposta de adjudicação da empreitada de Construção do Programa Habitacional da Terra do Moinho - dezassete fogos, em Porto Salvo, relativa ao processo número quarenta e um/DCH/dois mil e vinte e três - NPH doze - Programa Habitacional da Terra do Moinho, ao concorrente Tecnorém - Engenharia e Construções, Sociedade Anónima, no valor de dois milhões novecentos e quarenta mil euros, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, com o prazo de execução de dezoito meses/quinhentos e quarenta e oito dias, a qual cumpre o teor do solicitado e

com os documentos exigidos. -----

-----A minuta de contrato. -----

-----A notificação da decisão de adjudicação e para apresentação dos documentos de habilitação exigidos e da minuta do contrato para aprovação. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, artigo quinquagésimo terceiro, quinquagésimo sexto, septuagésimo, número dois, alínea d), centésimo quadragésimo sexto, número um e centésimo quadragésimo oitavo, número um, nonagésimo oitavo e centésimo. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas a), h), i), m), n) e trigésimo terceiro, número um, alíneas f) e bb).--

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho reprimado pela Resolução número oitenta seis, de dois mil e onze, de onze de abril, artigo décimo oitavo, número um, alínea b). -----

-----Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, artigo quadragésimo sétimo, número um, alínea g).-----

51 - PROPOSTA Nº. 282/24 - DCH - Pº. Nº. 04/DCH/2024 “CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DA QUINTA DAS ACÁCIAS, 42 FOGOS, CARNAXIDE (NPH/03)” - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA: -----

-----I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

-----“Segundo me disse a Chefe da Divisão com estas duas propostas ficamos com cento e cinquenta e uma.”-----

-----A **engenhira Angelina Sequeira** observou:-----

-----“Com esta abertura, vamos ter, mais ou menos, por volta de junho/julho, em obra,



Câmara Municipal
de Oeiras

um total não apenas de cento e cinquenta e uma, que eu tinha dito anteriormente, mas duzentas e quarenta e sete, porque amanhã vamos abrir as propostas dos noventa e seis fogos de Leceia.”----

----- Concluiu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Precisamos de ascender rapidamente às quinhentas.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, autorizar a abertura do procedimento, decisão de contratar e respetiva despesa, referente à empreitada por Concurso Público sem Publicidade Internacional, designado, processo número quatro/DCH/dois mil e vinte e quatro, “Construção do Novo Programa de Habitação da Quinta das Acácias, quarenta e dois fogos, Carnaxide (NPH/zero três)”. -----

----- A definição do preço base de cinco milhões duzentos e oitenta e dois mil duzentos e oitenta e sete euros e vinte cêntimos, mais IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o total de cinco milhões quinhentos e noventa e nove mil duzentos e vinte e quatro euros e quarenta e três cêntimos, de acordo com a seguinte programação:-----

----- - Dois e vinte e quatro - duzentos e trinta e dois mil seiscentos e oitenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, perfazendo um investimento de duzentos e quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos. - -----

----- - Dois mil vinte e cinco - três milhões seiscentos e quarenta e seis mil novecentos e trinta e cinco euros e oito cêntimos, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, perfazendo um investimento de três milhões oitocentos e sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e um euros e dezanove cêntimos; -----

----- - Dois mil e vinte e seis - um milhão quatrocentos e dois mil seiscentos e sessenta e

sete euros e trinta e quatro cêntimos, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, perfazendo um investimento de um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil oitocentos e vinte e sete euros e trinta e oito cêntimos, e o prazo de execução de quinhentos e quarenta e oito dias, o equivalente a dezoito meses. -----

-----As peças do procedimento.-----

-----A nomeação do júri do procedimento e respetiva delegação de competências. -----

-----A designação do gestor de contrato, arquiteto Miguel Figueiredo, da Divisão de Conservação de Habitação.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e do Decreto-Lei número cento vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, e o disposto no artigo vigésimo segundo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República número oitenta e seis, de dois mil e onze, de onze de abril.-----

-----Lei número quarenta e um, de dois mil e quinze, de três de junho. -----

-----Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto -----

52 - PROPOSTA Nº. 283/24 - DP - CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO DA FRAÇÃO AUTÓNOMA "A", DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA VARELA SILVA, Nº. 32, EM BARCARENA, PARA FUNCIONAMENTO DE MERCEARIA SOLIDÁRIA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a celebração de um contrato de comodato, entre o



Câmara Municipal
de Oeiras

Município de Oeiras e a Junta de Freguesia de Barcarena, sobre a fração autónoma "A", do prédio urbano sito na Rua Varela Silva, número trinta e dois, em Barcarena, correspondendo a uma cave (área bruta privativa) com noventa vírgula quarenta metros quadrados, que possui associada uma garagem individual (área bruta dependente) também designada pela letra "A", na subcave, com trinta e um vírgula dez metros quadrados, com a finalidade de funcionamento de mercearia solidária (armazenamento e disponibilização de bens alimentares, de higiene e limpeza) de forma a suprir situações de emergência alimentar no Concelho.-----

----- Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Artigos sétimo, vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas g) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

----- Artigos ducentésimo, número um e ducentésimo segundo, número dois, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quarto, número dois, alínea c) e ducentésimo octogésimo, número quatro, do Código dos Contratos Públicos.-- -----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Portaria número duzentos e vinte e dois-A, de dois mil e dezasseis, de doze de agosto. ---- -----

53 - PROPOSTA Nº. 284/24 - DP - CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO DO IMÓVEL SITO NA RUA DAS TURQUESAS, Nº. 27, À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PEDREIRA ITALIANA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno

Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a celebração de um contrato de comodato entre o Município de Oeiras e a Associação de Moradores da Pedreira Italiana relativo ao imóvel sito na Rua das Turquesas, número vinte e sete, em Laveiras.-----

-----Os termos do contrato de comodato a celebrar.-----

-----Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto.-----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

54 - PROPOSTA N.º. 285/24 - DP - ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DO "BAIRRO DOS POBRES", FEITA PELA IGREJA DE PAÇO DE ARCOS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar que seja aceite pelo Município, com as condições definidas pela Igreja de Paço Arcos, a doação do prédio urbano em propriedade total sem andares nem divisões suscetíveis de utilização independente composto por rés do chão e primeiro andar e mais quatro compostos de rés do chão, formando o conjunto doze moradias habitadas por famílias pobres, sito na Terrugem, em Paço de Arcos, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número mil cento e trinta e dois, de seis de abril de mil novecentos e oitenta e nove, da Freguesia de Paço de Arcos e inscrito na matriz da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sob o artigo dois mil



Câmara Municipal
de Oeiras

trezentos e cinquenta e um, com um total de mil oitocentos e setenta metros quadrados, uma área de implantação do edifício de trezentos e noventa seis metros quadrados, uma área bruta de construção de quinhentos metros quadrados, uma área bruta dependente de cinquenta metros quadrados e uma área bruta privativa de quatrocentos e cinquenta metros quadrados, com a condição de aí continuarem a serem proporcionadas moradas a famílias económica e socialmente vulneráveis, quer seja pela manutenção e/ou recuperação dos edifícios implantados, quer seja pela construção de novos edifícios.-----

----- Nos termos da alínea g) e alínea j), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

55 - PROPOSTA Nº. 286/24 - DP - ATRIBUIÇÃO DE UMA LICENÇA DE USO PRIVATIVO - CASA DE VINHAIS, SITA NO JARDIM ALMIRANTE GAGO COUTINHO, EM OEIRAS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a caducidade da Licença de Uso Privativo atribuída ao Grupo Motard CCD Quatrocentos e Setenta e Sete Oeiras, a sete de maio de dois mil e doze, titulada pela proposta de deliberação número cento e oitenta e três, de dois mil e doze, e autorizada em reunião tomada a vinte e dois de fevereiro de dois mil e doze, que teve por fim a instalação da sede social do Grupo Motard na “Casa de Vinhais”, sita no Jardim Almirante Gago Coutinho, em Oeiras, para prossecução dos respetivos objetivos estatutários. -----

----- A atribuição ao Grupo Motard CCD Quatrocentos e Setenta e Sete, de uma nova Licença de Uso Privativo, para instalação da sede social do Grupo na “Casa de Vinhais”, sita no Jardim Almirante Gago Coutinho, em Oeiras, tendo por fim a prossecução dos seus objetivos estatutários. -----

----- A concessão de isenção do pagamento das taxas devidas pela utilização da “Casa de

Vinhais”. -----

-----Os termos a constar da Licença de Uso Privativo e respetivo anexo/planta de
implantação. -----

-----Nos termos da Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio. -----

-----Artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo, número um, do Decreto-Lei número
duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto.-----

-----Código dos Contratos Públicos. -----

-----Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município
de Oeiras, artigo trigésimo nono, número um, alínea b) e número três. -----

-----Alíneas g) e qq), do número um, do artigo trigésimo terceiro, número um, do artigo
trigésimo quarto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**56 - PROPOSTA Nº. 287/24 - GATPI - COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA -
PROLONGAMENTO DA DESLOCAÇÃO DA TÉCNICA SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL,
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO GABINETE DE APOIO SOCIAL NA ILHA DA BRAVA: -----**

-----I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

-----“Está aqui por seis meses é para reduzir para três meses”-----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse o seguinte: -----

-----“Queria votar a favor disto, mas fala-se de um acordo de geminação entre o Governo
e como já se sabe, se não foi aprovado pela Assembleia Municipal estas propostas,
provavelmente, têm de ser todas ratificadas.-----

-----Interrompendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Não há geminação nenhuma, não existe geminação.” -----

-----Atalhando o **Senhor Vereador Duarte da Mata**: -----

-----“Mas a proposta fala disso.” -----

-----Insistindo o **Senhor Presidente**: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Neste caso, não há geminação.” -----

----- Prosseguindo o **Senhor Vereador Duarte da Mata:**-----

----- “Mas está nos considerandos da proposta que há geminação, vai ser corrigido isso?” -

----- Dizendo o **Senhor Presidente:**-----

----- “Vou ler a proposta. -----

----- Ainda bem que o Senhor Vereador falou nisso, porque esta proposta está toda mal, a Ilha da Brava não é em São Tomé e Príncipe, a Ilha da Brava é em Cabo Verde.-----

----- É retirada.”-----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

57 - PROPOSTA Nº. 288/24 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO MINICOR - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA APOIO AO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO CARDÍACA PEDIÁTRICA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Associação Minicor, Associação de Solidariedade Social, no montante de onze mil euros, para apoio ao funcionamento do projeto no que se refere à integração de utentes carenciados.-----

----- A minuta de contrato. -----

----- Na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea g) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e v).-----

-----Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Código do Procedimento e de Processo Tributário, artigo centésimo septuagésimo sétimo-B.-- -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

58 - PROPOSTA N.º 289/24 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À CRESCENDO NAS ARTES ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARA REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO CULTURAL ENTRE O CORO VOZES CRESCENDO E O CORO EN'CANTO DE GUIMARÃES:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pagamento à Crescendo na Artes Associação Cultural, no âmbito da estadia ao coro visitante, o Coro En' Canto de Guimarães, no valor de mil e seiscentos euros. -

-----Pagamento de refeições no valor de dois mil seiscentos e trinta e cinco euros. -----

-----Pagamento à Sociedade Portuguesa de Autores - SPA da licença de direitos de autor no valor de duzentos e sete euros. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na



Câmara Municipal
de Oeiras

redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e do artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, na redação da Lei número setenta e dois, de dois mil e vinte, de dezasseis de novembro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação da Lei número trinta, de dois mil e vinte e um, de vinte e um de maio. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, na redação da Lei número cinquenta e oito, de dois mil e vinte, de trinta e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

59 - PROPOSTA Nº. 290/24 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ACADEMIA DE MÚSICA FLOR DA MURTA PARA REALIZAÇÃO DO VII FIF0 - FESTIVAL INTERNACIONAL DE PIANO DE OEIRAS 2024: ---

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de cinquenta e seis mil euros, à Associação Academia de Música Flor da Murta, para realização do Sétimo Festival Internacional de Piano de Oeiras em dois mil e vinte e quatro. -----

-----A cedência à Associação Academia de Música Flor da Murta, do Auditório Municipal Ruy de Carvalho e da Sala da Lareira, do Palácio Flor da Murta, durante o calendário previsto, no valor total de vinte e um mil trezentos e onze euros e seis cêntimos. -----

-----A minuta de protocolo de colaboração entre o Município de Oeiras e a Associação Academia de Música Flor da Murta para a realização do Sétimo Festival Internacional de Piano de Oeiras em dois mil e vinte e quatro. -----

-----A designação da Técnica Superior, Ana Maria Ferreira como gestora do protocolo de colaboração. -----

-----Na eventualidade de a comparticipação não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir. -----

-----Nos termos da alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Números um e dois, do artigo segundo, do número um, do artigo terceiro, artigo quarto, dos números um e dois, do artigo quinto e do número um, do artigo nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário, e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

60 - PROPOSTA N.º. 291/24 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º. 22/1988, SOLICITADA POR “SYNTHESIS GALAXY, S.A.”:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao alvará de loteamento número vinte e dois, de mil novecentos e oitenta e oito, solicitada por “Synthesis Galaxy, Sociedade Anónima”, na qualidade de proprietária do lote catorze, sito na Rua Quinta do Paizinho na Outurela /Portela.

----- Comunicar à requerente.-----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número oito, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

61 - PROPOSTA N.º. 293/24 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE GESTÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE (UGPS):-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno

Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a abertura do procedimento concursal, o conteúdo funcional e os requisitos de admissão, bem como os métodos de seleção, para o cargo de Chefe da Unidade de Gestão e Promoção da Saúde, nos termos constantes da Informação número INT - CMO/dois mil e vinte e quatro/cinco mil e oitenta.-----

-----Os membros do júri.-----

-----O perfil funcional. -----

-----Submeter a aprovação pela Assembleia Municipal a designação dos membros do júri.

-----Nos termos da Lei número dois, de dois mil e quatro, de quinze de janeiro. -----

-----Lei número quarenta e nove, de dois mil e doze, de vinte e nove de agosto. -----

-----Decreto-Lei número trezentos e cinco, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro.

62 - PROPOSTA Nº. 294/24 - DCS - DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - CELEBRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE INSERÇÃO DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - 8º. ADITAMENTO À PD Nº. 299/2023, DE 5 DE ABRIL: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de quarenta e cinco mil duzentos e três euros e noventa e nove cêntimos, destinada a apoiar as entidades gestoras do Rendimento Social de Inserção - RSI em Oeiras para o desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, no âmbito dos contratos de cessão da posição contratual nos Protocolos RSI. -----

-----Comparticipação financeira no montante de vinte e dois mil quinhentos e noventa e quatro euros e setenta e um cêntimos, relativa ao mês abril de dois mil e vinte e quatro, ao Centro



Câmara Municipal
de Oeiras

Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide. -----
----- Participação financeira no montante de vinte e dois mil seiscentos e nove euros e vinte e oito cêntimos mensais, relativa ao mês de abril de dois mil e vinte e quatro, ao Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo. -----
----- Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea f), do número dois, do artigo vigésimo terceiro. -----
----- Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----
----- Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de dois mil e vinte, de doze de agosto. -----
----- Portaria número sessenta e cinco, de dois mil e vinte e um. -----
----- Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----
----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----
----- Código do Procedimento e de Processo Tributário, artigo centésimo septuagésimo sétimo-B e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----
----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e três de agosto. -----
----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----
63 - PROPOSTA Nº. 296/24 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS - APROVAÇÃO DA REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS Nº. 20: -----
----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha,

Ana Filipa Laborinho e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão extraordinária de preços provisória número vinte, no montante total de onze milhões quatrocentos e vinte e cinco mil sessenta e cinco euros e oitenta e três cêntimos, (a acrescer o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento), no âmbito da empreitada "Construção do Fórum Municipal, em Oeiras" - processo dois mil e dezanove/noventa e quatro-DEM, conforme cálculo apresentado pelo consórcio ACE "Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E.", bem como o pagamento de trezentos e cinquenta e sete mil novecentos e trinta e seis euros e dezoito cêntimos (a acrescer o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento), referente à diferença entre os valores já pagos de onze milhões sessenta e sete mil cento e vinte e nove euros e sessenta e cinco cêntimos, nas revisões de preços anteriores. - -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos, conjugados com a alínea b), do número três, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número trinta e seis, de dois mil e vinte e dois, de vinte de maio.-----

64 - PROPOSTA Nº. 297/24 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS - APROVAÇÃO DA 2ª. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE REEMBOLSO DO ADIANTAMENTO APROVADO PELA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 1013/2022: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o novo plano de reembolso, até junho de dois mil e vinte e quatro, solicitado pelo "Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E.", mas com valores mensais fixos, por forma a garantir que o reembolso total seja feito até junho de dois mil e vinte e quatro.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nos termos do artigo ducentésimo nonagésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos.-- -----

----- Alínea bb), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

65 - PROPOSTA N.º. 298/24 - GMA - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024 DA TAGUSPARK - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.: -----

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu: -----

----- “Ressaltam os dados de expectativas de uma conjuntura desfavorável. -----

----- Consultas ao mercado sem respostas, a diminuição da utilização de espaços de escritório, é algo que eu também já tinha falado logo a seguir à pandemia, que isto verifica-se por todo o lado e está a ter uma grande dinâmica e afeta muito os espaços que se tenham designado apenas como escritórios, ficam, no fundo, com os ovos todos no mesmo cesto, porque, neste momento, há uma dinâmica completamente diferente ao nível do que as empresas precisam e, de facto, o Taguspark conseguiu localizar-se num espaço muito pouco servido por transportes públicos e hoje também há inúmeras empresas, como sabe, que procuram localizar os seus escritórios não obrigando os seus trabalhadores a terem que andar de carro. -----

----- Portanto, tudo o que se tente fazer para minorar a situação existente é bom, mas será sempre um peso para o investidor que queira investir nestes espaços. -----

----- Incertezas quanto ao crescimento económico geral e a estabilidade governativa, às taxas e à inflação. -----

----- Os números contidos no orçamento para dois mil e vinte e quatro espelham esta retração prevista, se retirarmos os cinco vírgula seis milhões de euros de investimento em dois mil e vinte e quatro, três vírgula sete milhões de euros em dois mil e vinte e três não realizados que transitaram para o corrente ano e são agora orçamentados de novo, que é uma rubrica que

também se retrai.-----

-----O resultado líquido com queda a oitenta por cento, face ao previsível do fecho de dois mil e vinte e três, é algo que me levanta algumas questões.-----

-----Qual é a explicação para estes dados, setecentos e oitenta milhões de euros em dois mil e vinte e três, versus, cento e trinta milhões de euros previstos em dois mil e vinte e quatro? -

-----Regista-se como positiva a enumeração de variados projetos nos campos da promoção da eficiência energética, produção de energia renovável, a sustentabilidade ambiental.

-----Ficamos agora na expectativa da concretização destas intenções anunciadas e verificar daqui a um ano se, e com números, perceber quais destas intenções acabaram mesmo por ser materializadas.”-----

-----O **Senhor Presidente** frisou:-----

-----“Irei dizer ao Presidente do Taguspark que passe por aqui numa das próximas reuniões para fazer uma exposição sobre a situação, até porque também pretendo que ele vá à Assembleia Municipal.”-----

-----II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento, do Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e quatro, da Taguspark - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, Sociedade Anónima.-------

-----Submeter à Assembleia Municipal de Oeiras a presente proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas municipais.-----

-----Nos termos da alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Alíneas a), b), do número um, do artigo quadragésimo segundo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

66 - PROPOSTA Nº. 250/24 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 13/2023:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, através de escrutínio secreto, em que se verificaram oito votos a favor, aprovar a proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, no sentido de aplicar ao arguido visado no processo disciplinar número treze, de dois mil e vinte e três, como sanção adequada ao caso concreto, a sanção disciplinar de multa correspondente a três dias de remuneração, no valor total de setenta e seis euros e noventa e dois cêntimos, sendo a sanção suspensa pelo período de seis meses -----

----- Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho. ----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

67 - PROPOSTA Nº. 251/24 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 23/2023:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, através de escrutínio secreto, em que se verificaram sete votos a favor e uma abstenção, aprovar a proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, no sentido de aplicar ao arguido visado no processo disciplinar número vinte e três, de dois mil e vinte e três, como sanção adequada ao caso concreto, a sanção disciplinar de multa no valor de trezentos e sete euros e sessenta e oito cêntimos, correspondente a seis remunerações base diárias, sendo a sanção suspensa pelo período de um ano.-----

----- Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho. ----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

68 - PROPOSTA Nº. 292/24 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 27/2023:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, através de escrutínio secreto, em que se verificaram oito votos a favor, aprovar a proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, no sentido de aplicar ao arguido visado no processo disciplinar número vinte e sete, de dois mil e vinte e três, como sanção adequada ao caso concreto, a sanção de despedimento disciplinar.-----

----- Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho. ----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

69 - DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** enviou por email, no final da discussão da ordem de trabalhos, as seguintes declarações de voto: -----

-----“**PD 253/2024 - DMOTDU\DOTPU\DPU - Alteração Oficiosa do Alvará de Loteamento nº. 3/1993 para acolhimento do Programa de Habitação Municipal "Quinta das Acácias", em Carnaxide** - **Abstenção:** A aprovação desta proposta só poderia ser feita com o conhecimento de toda a dimensão urbanística da envolvente, sob pena de se poder estar a aprovar uma solução urbana desadequada por excesso de densidade face ao desejável. A informação anexa alerta para a existência de um projeto para empreendimento de grande escala e maior altura a ocupar parte dos terrenos da Quinta dos Grilos, imediatamente a nascente e norte, quinta classificada de Grau A do Plano de Salvaguarda do Património Cultural e Ambiental do Concelho de Oeiras (PSPCACO) e com espaço rural de dimensão significativa que separa a zona industrial de Carnaxide do aglomerado urbano desta vila. A projetada variante à Estrada do Forte cujo traçado aparenta dizimar todo o bosque, sendo importante realizar em breve a caracterização deste.” -----

-----“**PD 255/2024 - DMEDSC\DE\DDPE - Comparticipação financeira ao Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos para a realização da Gala do X Encontro de Coros** - **Voto a Favor** pelo mérito da proposta, contudo é de referir que está em falta à data da votação no Salão Nobre o documento de Registo Central de Beneficiários Efetivos do Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos. O processo tem de ser corretamente instruído com toda a documentação à data da votação das propostas em reunião de Câmara por serem documentos que são essenciais para suporte à decisão. Ou seja, deve incluir toda a matéria de facto e de direito que sustenta o sentido provável da decisão.” -----

-----“**PD 258/2024 - DMEDSC\DE\DDPE - Projeto Sala Aberta - Grupos Aprender,**



Câmara Municipal
de Oeiras

Brincar, Crescer. Centro Sagrada Família, ano letivo 2023/2024 - Voto a Favor pelo mérito da proposta, contudo é de referir que estão em falta à data da votação no Salão Nobre o relatório de atividades e financeiro do apoio concedido para o ano letivo de dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três concedido na PD mil cento e noventa e três em vinte um de dezembro de dois mil e vinte dois e já nesse apoio anterior faltava o relatório do apoio concedido para dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois, documentos esses que são de entrega obrigatória para a obtenção de novo financiamento.”-----

----- **“PD 268/2024 - DMEDSC\DE - Pedido de apoio para viagens a realizar à Islândia (alunos do AE de Paço de Arcos) e a Londres (alunos da ES Quinta do Marquês) -**

Voto Abstenção por considerar que não é correta a apresentação de uma proposta de deliberação para aprovação de valores de viagens que já foram realizadas, ainda agravado por verificar que nos anexos da proposta existe uma resposta à Escola datada de seis de dezembro dois mil e vinte três a indicar à Escola que o Município vai participar a viagem com um quarto do valor, sem que o mesmo tivesse sido deliberado em reunião de Câmara, o que torna esta proposta um mero proforma. Considero ainda que a justificação dada na proposta de que não existia dotação orçamental na rubrica para enviar a proposta em reunião anterior não parece aceitável uma vez que os pedidos das escolas são datados de dezembro de dois mil e vinte três e este ano dois mil e vinte quatro já foram realizadas nove alterações orçamentais. Adicionalmente informo que está em falta o programa da visita à Islândia cuja proposta indica estar em anexo, e não consta, apesar de ter sido solicitado com antecedência.” -----

----- **“PD 274/2024 - DMEDSC\DACTPH\UDPH - Participação financeira para apoio à 3ª. edição da Peregrinação do Círio de Oeiras ao Santuário de Nª. Srª. da Atalaia -**

Voto a Favor pelo mérito da proposta, contudo é de referir que está em falta à data da votação no Salão Nobre o relatório de atividades e financeiro do apoio concedido e citado referente à edição de dois mil e vinte três, documento esse que é de entrega obrigatória para a obtenção de novo

financiamento.” -----

-----“**PD 275/2024 - DMEDSC\DDS\DCS - Fundo de Emergência Social: reforço de verba a entidades parceiras** - Voto a Favor pelo mérito da proposta contudo é de referir que está à data da votação no Salão Nobre o documento de Registo Central de Beneficiários Efetivos do Centro Social Paroquial de São Romão de Carnaxide está inválido uma vez que se trata de uma Associação e o RCBE está apenas no nome de um beneficiário. O processo tem de ser corretamente instruído com toda a documentação válida à data da votação das propostas em reunião de Câmara por serem documentos que são essenciais para suporte à decisão. Ou seja, deve incluir toda a matéria de facto e de direito que sustenta o sentido provável da decisão.” -----

-----“**PD 281/2024 - DMOGAH\DHM\DPCHM - Empreitada de Construção do Programa Habitacional da Terra do Moinho - 17 fogos, Porto Salvo - "Proc. nº. 41DCH2023 - "NPH/12 - Programa Habitacional da Terra do Moinho - 17 fogos. Porto Salvo". Aprovação de Decisão de Adjudicação e Minuta do Contrato** - Voto Abstenção. A nossa abstenção tem como fundamento o facto de na minuta do contrato e, portanto, de futuro no próprio contrato, não constar, como é obrigatório de acordo com a alínea h), do número um, do artigo noventa e seis, do CCP, a referência ao Plano Plurianual de Investimentos aprovado (PPI) que suporta este investimento, nem o respetivo escalonamento financeiro plurianual nele previsto, informação relevante para ambos as entidades contratantes e a que o segundo outorgante tem direito. Adicionalmente a proposta não está numerada e o Departamento DPCHM responsável pela mesma não existe na Orgânica da CMO aprovada em dois mil e vinte dois.” -----

-----“**PD 282/2024 - DMOGAH\DHM\DCH - Proc. nº. 04/DCH/2024 "Construção do Novo Programa de Habitação da Quinta das Acácias - 42 fogos, Carnaxide (NPH/03)" - Aprovação de abertura de procedimento por concurso público, sem publicidade internacional. Decisão de contratar e Autorização de despesa** - Voto Abstenção. A nossa abstenção fundamenta-se no facto de na PD duzentos e oitenta e dois de dois mil e vinte e quatro



Câmara Municipal
de Oeiras

não estar explicitamente garantido que os encargos para anos futuros, resultantes da abertura deste procedimento, têm adequada previsão no PPI, de acordo com a execução financeira prevista, irregularidade para a qual o Tribunal de Contas já alertou em diversos processos. Consideramos que, não estando o presente processo sujeito a visto prévio, mais se justifica essa garantia de cumprimento rigoroso da legislação.” -----

----- **“PD 288/2024 - DMEDSC\DDS\UGPS - Associação Minicor - Associação de Solidariedade Social: Apoio ao Programa de Reabilitação Cardíaca Pediátrica - Voto a Favor pelo mérito da proposta, contudo é de referir que está em falta o documento de suporte à Proposta de deliberação, ou seja, o pedido de apoio da Associação Minicor - Associação de Solidariedade Social: Apoio ao Programa de Reabilitação Cardíaca Pediátrica. À data da votação no Salão Nobre não constava o pedido da Associação nem o relatório de atividades e financeiro do apoio concedido anteriormente na PD cento e setenta e sete, de dois mil e vinte e três e que está citado nesta proposta, documento esse que é de entrega obrigatória para a obtenção de novo financiamento.”-----**

----- **“PD 289/2024 - DMEDSC\DACTPH\DCA - Proposta de apoio financeiro à Crescendo na Artes Associação Cultural - Voto a Favor pelo mérito da proposta, contudo é de referir que está em falta o orçamento no email do anexo dois.”-----**

----- **“PD 294/2024 - DMEDSC\DDS\DCS - Descentralização de competências no domínio da Ação Social: Celebração e acompanhamento dos contratos de inserção do Rendimento Social de Inserção - 8º. aditamento à PD nº. 299/2023 de 5 de abril - Voto a Favor pelo mérito da proposta, contudo é de referir que está à data da votação no Salão Nobre o documento de Registo Central de Beneficiários Efetivos do Centro Social Paroquial de São Romão de Carnaxide está inválido uma vez que se trata de uma Associação e o RCBE está apenas no nome de um beneficiário. O processo tem de ser corretamente instruído com toda a documentação válida à data da votação das propostas em reunião de Câmara por serem**

documentos que são essenciais para suporte à decisão. Ou seja, deve incluir toda a matéria de facto e de direito que sustenta o sentido provável da decisão.” -----

70 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

-----Às dezanove horas e vinte minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional. -----

O Presidente,

(Isaltino Morais)

A Diretora de Departamento,

(Vera Carvalho)